



MUNICÍPIO DE
VISEU

Consolidação de Contas

Ano 2020

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	4
1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	4
2. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	5
2.1. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE-MÃE	5
2.2. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	6
2.2.1. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU	6
2.2.2. HABISOLVIS – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL DE VISEU, EM	7
2.2.3. VISEU NOVO - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU, S.A.	8
2.2.4. VISEUPOLIS, SOC. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM VISEU, S.A.	10
2.2.5. MUNICÍPIA, EMPRESA MUNICIPAL, S.A.	10
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	12
4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	13
4.1. BALANÇO CONSOLIDADO	13
4.1.1. ATIVO CONSOLIDADO	13
4.1.2. ATIVO CONSOLIDADO – ANÁLISE COMPARATIVA	15
4.1.3. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO CONSOLIDADO	16
4.1.4. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO – ANÁLISE COMPARATIVA	18
4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	19
4.2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – ANALISE COMPARATIVA	22
5. ATIVIDADES DO CONJUNTO EM MATÉRIAS QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS À ATIVIDADE AUTÁRQUICA	23
6. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	24
7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	26
1. BALANÇO CONSOLIDADO	26
2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA	27
3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	28
4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	29
5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	30
6. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA	31
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	32

Assembleia Municipal
de
VISEU

Nota: O ano 2020 corresponde, nas demonstrações financeiras e quadros explicativos à letra “N”, sendo o ano de 2019 identificado pela signa “N-1”.

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), determina a obrigatoriedade de apresentação de contas consolidadas, dando-se, assim, cumprimento quanto ao estabelecido pelo n.º 1 do artigo 75.º da Lei referida, na medida em que é referido *"sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas"*.

A utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, consequência da alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das suas atribuições e competências, evidenciou a necessidade de divulgação da referida informação financeira para efeitos de visão global do que pode ser considerado o Grupo Municipal. Assim sendo, o entendimento com clareza da situação financeira do Grupo só é permitido através de contas únicas, complementares às individuais, representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns, tornando-se assim a apresentação de contas consolidadas imperativa.

Os juízos divergem no que diz respeito à utilidade da informação, principalmente se não for possível a sua construção apoiada por um enquadramento normativo e legal que seja consistente e consensual. De destacar que a comparabilidade é uma das vantagens recorrentemente apontada para a existência de contas consolidadas no Grupo Municipal, exigindo a harmonização de procedimentos e políticas.

Tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 75.º da aludida Lei, o Grupo Municipal é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Salienta-se, no entanto, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados,

Asssembleia Municipal
de
VISEU

independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Na ordem que refere o RFALEI, são apresentados os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Municipal, integrando os mesmos, o relatório de gestão, o Balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa a demonstração consolidada das alterações no património líquido e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Os referidos documentos foram construídos nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, nomeadamente na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e na NCP 22 – Demonstrações financeiras consolidadas. A observância destas orientações permite a obtenção de demonstrações financeiras consolidadas que evidenciem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, dos resultados e da execução orçamental do Grupo Municipal.


Assembleia Municipal
de
VISEU

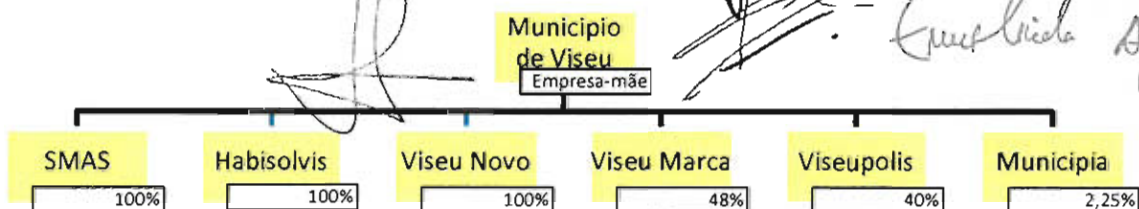
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação do Município de Viseu, de acordo com Art.º 75º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), abrange as seguintes entidades:

Denominação	Percentagem de Capital Detido	Método de consolidação
Município de Viseu	Empresa Mãe	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu	100,00%	Simplex agregação
Habisolvis – Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, EM	100,00%	Integral
Viseu Novo - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.A.	100,00%	Integral
Viseu Marca – Associação de Cultura, Eventos e Promoção	48,00%	Integral
Viseupolis, Soc. Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, S.A.	40,00%	Integral
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	2,25%	Equivalência Patrimonial

O Grupo consolidado, de acordo com o quadro legal, encontra-se representado no organograma a seguir, o qual é composto pela entidade consolidante (Município de Viseu) e pelas entidades controladas, nomeadamente, os serviços municipalizados e mais quatro entidades, sobre as quais exerce controlo.


**Assembleia Municipal
de
VISEU**



2. CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

2.1. Caraterização da entidade-mãe

Denominação	Município de Viseu																		
NIPC	506 697 320																		
Sede Social	Praça da República 3514-501 Viseu																		
Atividade (Objeto Social)	É uma autarquia local com atividades através do exercício das competências legalmente atribuídas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com concretização das atribuições conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, com as respetivas alterações																		
Data do Fecho de contas:	31 de dezembro de cada ano																		
Revisor Oficial de Contas	MGI & Associados, SROC, Lda.																		
Regime financeiro:	Autonomia administrativa e financeira																		
Sistema Contabilístico	SNC-AP																		
Órgão Executivo	<table> <tr> <td>Presidente</td><td>Conceição Azevedo (PSD)</td></tr> <tr> <td>Vice-Presidente</td><td>João Paulo Gouveia (PSD)</td></tr> <tr> <td>Vereador (executivo)</td><td>Cristina Brasete (PSD)</td></tr> <tr> <td>Vereador (executivo)</td><td>Ermelinda Afonso (PSD)</td></tr> <tr> <td>Vereador (executivo)</td><td>Fernando Marques (PSD)</td></tr> <tr> <td>Vereador (não executivo)</td><td>Jorge Sobrado (PSD)</td></tr> <tr> <td>Vereador (não executivo)</td><td>Lúcia Araújo Silva (PS)</td></tr> <tr> <td>Vereador (não executivo)</td><td>Pedro Baila Antunes (PS)</td></tr> <tr> <td>Vereador (não executivo)</td><td>José Pedro Gomes (PS)</td></tr> </table>	Presidente	Conceição Azevedo (PSD)	Vice-Presidente	João Paulo Gouveia (PSD)	Vereador (executivo)	Cristina Brasete (PSD)	Vereador (executivo)	Ermelinda Afonso (PSD)	Vereador (executivo)	Fernando Marques (PSD)	Vereador (não executivo)	Jorge Sobrado (PSD)	Vereador (não executivo)	Lúcia Araújo Silva (PS)	Vereador (não executivo)	Pedro Baila Antunes (PS)	Vereador (não executivo)	José Pedro Gomes (PS)
Presidente	Conceição Azevedo (PSD)																		
Vice-Presidente	João Paulo Gouveia (PSD)																		
Vereador (executivo)	Cristina Brasete (PSD)																		
Vereador (executivo)	Ermelinda Afonso (PSD)																		
Vereador (executivo)	Fernando Marques (PSD)																		
Vereador (não executivo)	Jorge Sobrado (PSD)																		
Vereador (não executivo)	Lúcia Araújo Silva (PS)																		
Vereador (não executivo)	Pedro Baila Antunes (PS)																		
Vereador (não executivo)	José Pedro Gomes (PS)																		
Fundos Próprios 31.12.2020	233.614.639,86 €																		
Ativo Líquido 31.12.2020	264.549.764,37 €																		
Métodos de valorização	Investimentos Registos efetuados pelo custo de aquisição ou construção																		

Asssembleia Municipal
de
VISEU

	Depreciações	Registos efetuados segundo o método das quotas constantes, com base no classificador complementar 2 - cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.
	Inventários	Entradas são valorizadas pelo custo de aquisição e as saídas pelo custo médio ponderado
Organização Contabilística	Sistema Informático: SNC fornecido pela AIRC (existem várias aplicações, nomeadamente Gestão de Tesouraria, Gestão de Stocks, Taxas e Licenças e Sistema de Inventário e Cadastro, que têm ligação direta ao sistema informático da contabilidade, assim como utilização do Sistema de Gestão de Faturação e Sistema de Execuções Fiscais).	
Recursos Humanos	814 trabalhadores	

2.2. Caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação

2.2.1. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu

Denominação	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu
NIPC	680 020 063
Sede Social	Rua Conselheiro Afonso de Melo 3510-024 Viseu
Atividade (Objeto Social)	Captação e abastecimento de água e o tratamento de águas residuais e pluviais
Data do Fecho de contas:	31 de dezembro de cada ano
Revisor Oficial de Contas	MGI & Associados, SROC, Lda.
Sistema Contabilístico	SNC-AP
Fundos Próprios 31.12.2020	75.103.895,38 €
Ativo Líquido 31.12.2020	80.887.749,92 €

Métodos de valorização	Investimentos	Registos efetuados pelo custo de aquisição ou construção
	Depreciações	Registos efetuados segundo o método das quotas constantes, com base no classificador complementar 2 - cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.
	Inventários	Entradas são valorizadas pelo custo de aquisição e as saídas pelo custo médio ponderado

Organização Contabilística

Sistema Informático: SCA fornecido pela AIRC (existem várias aplicações, nomeadamente Gestão de Tesouraria, Gestão de Stocks, Sistema de Inventário e Cadastro, obras de Administração Direta, Gestão de Pessoal, Gestão de Águas, Sistema de Taxas e Licenças – Guias, Sistema de Execuções Fiscais e Sistema de Avaliação de Desempenho, que têm ligação direta ao sistema informático da contabilidade)

Recursos Humanos 184 trabalhadores

2.2.2. Habisolvís – Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, EM

Denominação	Habisolvís – Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, EM
NIPC	506 804 186
Sede Social	Rua João Mendes nº 51, R/C Esq 3500-142 Viseu
Atividade (Objeto Social)	Gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social próprios e do Município de Viseu
Data do Fecho de contas:	31 de dezembro de cada ano
Revisor Oficial de Contas	A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda
Regime financeiro	Autonomia administrativa financeira e patrimonial (sujeita à superintendência da CMV)
Sistema Contabilístico	SNC
Órgãos Sociais	Conselho de Administração
	Presidente Cristina Maria Ramos Brás de Almeida Brasete e Silva
	Administrador Fernando Neves Marques
	Administrador Executivo João Pedro Rodrigues Cardoso da Silva
Capital Próprio 31.12.2020	281.117,29 €
Ativo Líquido 31.12.2020	555.940,66 €
Métodos de valorização	Investimentos Registos efetuados pelo custo de aquisição
	Depreciações Registos efetuados segundo o método da linha reta, numa base de duodécimos de acordo com as vidas úteis estimadas
Recursos Humanos	7 trabalhadores

Asssembleia Municipal
de
VISEU

2.2.3. Viseu Novo - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.A.

Denominação	Viseu Novo - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.A.		
NIPC	507 406 672		
Sede Social	Casa do Miradouro - Largo António José Pereira 3500-080 - Viseu		
Atividade (Objeto Social)	Reabilitação urbana		
Data do Fecho de contas:	31 de dezembro de cada ano		
Revisor Oficial de Contas	A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda		
Sistema Contabilístico	SNC		
Órgãos Sociais	Conselho de Administração		
	Presidente	Maria da Conceição Rodrigues de Azevedo	
	Vogal	Fernando Neves Marques	
	Vogal	Marcelo Delgado	Caetano Martins
	Assembleia Geral		
	Presidente	João Paulo Gouveia	
	Vice-Presidente	Ermelinda Afonso	
Métodos de valorização	Secretária	Adriana Sá Lopes	
	Investimentos	Registos efetuados pelo custo de aquisição ou construção	
	Depreciações	Registos efetuados segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado.	
Recursos Humanos	Inventários	Entradas são valorizadas pelo custo de aquisição ou de produção	
	9 trabalhadores		

Aurélien Pires

Fernando D. Mendes



Viseu Marca – Associação de Cultura, Eventos e Promoção

Denominação	Viseu Marca – Associação de Cultura, Eventos e Promoção
NIPC	513 793 380
	Pavilhão Multiusos
Sede Social	Rua Padre Costa 3510-063 Viseu
Atividade (Objeto Social)	Organização da Feira de S. Mateus e outras feiras de interesse para a região designadamente de feiras setoriais; apoio e animação de certames realizados na área de influência da sociedade, designadamente feiras promovidas por outras Câmaras da região, promoção e divulgação de certames e ações nas áreas de publicidade e marketing; exercício de outras atividades relacionadas com as atribuições, fins e objetivos dos seus sócios
Data do Fecho de contas:	31 de dezembro de cada ano
Revisor Oficial de Contas	A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda.
Sistema Contabilístico	SNC (NCRF-ESNL)
Capital Próprio 31.12.2020	889.436,64 €
Ativo Líquido 31.12.2020	1.008.122,24 €

Investimentos

Registos efetuados pelo custo de aquisição líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade

Métodos de valorização

Depreciações

Registos efetuados segundo o método das quotas contantes, em conformidade com o período de vida útil estimado

Inventários

Entradas são valorizadas pelo custo de aquisição

Recursos Humanos

16 trabalhadores

Assembleia Municipal
de
VISEU

2.2.4. Viseupolis, Soc. Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, S.A.

Denominação	Viseupolis, Soc. Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, S.A.
NIPC	505 078 015
Sede Social	Rua de Andrade, Solar dos Condes de Prime 3500-076 Viseu
Atividade (Objeto Social)	Reordenamento da malha viária, recuperação de zonas urbanas desqualificadas, criação de novos parques urbanos valorização do património histórico, arqueológico, natural e edificado.
Data do Fecho de contas:	31 de dezembro de cada ano
Revisor Oficial de Contas	A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda
Sistema Contabilístico	SNC
Capital Próprio 31.12.2020	49.867.137,54 €
Ativo Líquido 31.12.2020	51.432.113,26 €
Recursos Humanos	0 trabalhadores (EM LIQUIDAÇÃO)

Assembleia Municipal
de
VISEU

2.2.5. Municípiã, Empresa Municipal, S.A.

Denominação	Municípiã – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, S.A.
NIPC	504 475 606
Sede Social	Taguspark Edifício Ciência II, n.º 11, 3º Piso B 2740-120 Porto Salvo
Atividade	Produção de dados geográficos via aérea e terrestre, caracterização técnica de infraestruturas, deteção remota, desenvolvimento de soluções WebSIG e SIG, estudo e mapeamento de riscos, consultoria SIG, desenvolvimento aplicacional e formação.
Data do Fecho de contas:	31 de dezembro de cada ano
Revisor Oficial de Contas	Diz & Associados, SROC, Lda
Sistema Contabilístico	SNC
Órgãos Sociais	Conselho de Administração Presidente Fernando do Nascimento Trigo

	Vogal	
	Vogal	
Capital Próprio 31.12.2020	3.163.493,90 €	
Ativo Líquido 31.12.2020	7.130.499,63 €	

Rui Manoel da Graça Coias

João Pedro Teixeira Brito da Silva

Assembleia Municipal
de
VISEU

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

O Município de Viseu apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, relativas ao exercício de 2020, reportado a 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Municipal foram efetuadas, pela primeira vez em 2010, segundo as normas previstas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação dos municípios encontram-se definidos no Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro, na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras e na NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os procedimentos de consolidação adotados compreendem:

- Análise e reclassificação das demonstrações financeiras e fluxos de caixa das entidades Habisolvis, Viseu Novo, Viseu Marca e ViseuPolis, convertendo-as para o SNC-AP, uma vez que estas entidades utilizam o sistema contabilístico diferente (SNC);
- Produção de mapas evidenciando operações intra-grupo;
- Realização de ajustamentos e reclassificações (operações contabilísticas adicionais), com objetivo de tornar os dados homogéneos (registos e situação temporal);
- Elaboração da relação de operações de consolidação;
- Produção do documento do Grupo Municipal, com base nas contas individuais das entidades consolidadas, ajustamentos e operações de consolidação, nomeadamente Balanço consolidado, Demonstração consolidada dos Resultados por Natureza e Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa e Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido – com o respetivo anexo explicativo, incluindo saldos e fluxos financeiros entre as entidades consolidadas, os mapas de endividamento consolidado de médio e

longo prazos e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. BALANÇO CONSOLIDADO

O Balanço consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal, apresentando a estrutura económico-financeira e a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício de 2020, dando a conhecer a estrutura:

- económica: Ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos;
- financeira: Capital Próprio e Passivo do grupo sendo estes a origem de fundos.

4.1.1. ATIVO CONSOLIDADO



Assembleia Municipal
de
VISEU

O Balanço do Grupo consolidado evidencia um Ativo Líquido de 389.239.506,82 €, montante -2.61% inferior face ao apresentado no ano anterior, sendo constituído maioritariamente por ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento que ascendem a 321.609.531,04 € (82,63% do Balanço). Os maiores contributos para o Ativo consolidado têm origem no Município de Viseu e nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento que representam 86,33% do ativo antes de ajustamentos, de seguida surge a Viseupolis com 12,89%.

A estrutura do ativo é essencialmente composta por investimentos, facto comum dada a natureza da atividade do grupo. O ativo corrente representa 16,80% do total, ascendendo a 65.378.477,01 €. A este nível, importa destacar o saldo de caixa e depósitos que ascende a 34.312.725,76 €, montante bastante superior ao passivo corrente, o que revela uma elevada capacidade de cumprimento das responsabilidades.

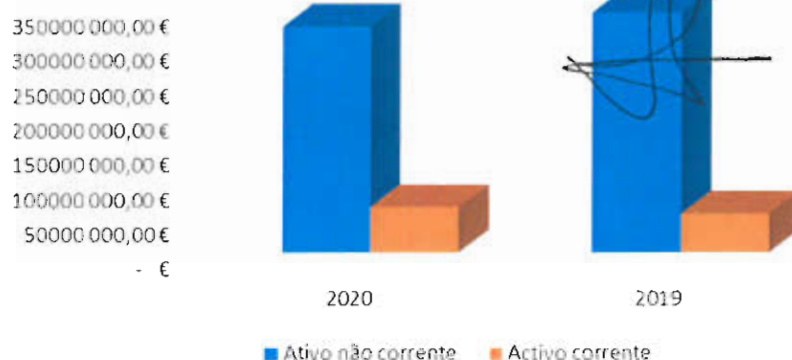
Ativo Líquido Consolidado									
Rubrica	Município de Viseu	SMAS	Habiscóvis	Viseu Novo	Viseu Marça	Viseuópolis	Ajustamentos	Ativo Líquido	%
ATIVO									
Ativo não corrente	212 421 300,82 €	69 087 034,68 €	341 699,37 €	663 732,38 €	242 156,94 €	51 272 947,38 €	10 227 905,66 €	323 861 029,21 €	83,20%
Ativo corrente	52 068 459,55 €	11 800 285,24 €	211 254,35 €	927 148,10 €	765 965,40 €	288 435,21 €	683 500,94 €	65 378 477,01 €	16,80%
TOTAL ATIVO	264 549 760,37 €	80 887 319,92 €	552 953,72 €	1 590 880,48 €	1 008 122,34 €	51 561 382,59 €	10 911 406,60 €	389 239 506,22 €	100,00%

Os ajustamentos realizados no âmbito do procedimento de consolidação, no ativo prendem-se, essencialmente, com a anulação das participações financeiras na entidade consolidante, a anulação do método da equivalência patrimonial e a anulação de saldos da administração local entre as entidades.

Asssembleia Municipal
de
VISEU

4.1.2. ATIVO CONSOLIDADO – ANÁLISE COMPARATIVA

ATIVO N vs N-1



Como se pode verificar graficamente, de 2019 para 2020 verificou-se uma diminuição do ativo não corrente (-20.106.935,38 € equivalente a -5,85%) e um aumento do ativo corrente (9.670.326,85 € crescendo 17,36%). No computo geral, constatou-se uma diminuição do ativo em 10.436.608,53 € (-2,61%).

Assembleia Municipal
de
VISEU

A evolução do Balanço consolidado do ano de 2020 com o ano anterior, apresenta as seguintes variações:

Rubrica	Datas		Variação	
	2020	2019	Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente	323 861 029,81 €	343 967 965,19 €	- 20 106 935,38 €	-5,85%
Ativos fixos tangíveis	309 053 749,71 €	329 740 735,40 €	- 20 686 985,69 €	-6,27%
Propriedades de investimento	12 555 781,33 €	11 443 258,43 €	1 112 522,90 €	9,72%
Ativos intangíveis	366 703,37 €	904 181,60 €	- 537 478,23 €	-59,44%
Participações financeiras	1 878 870,31 €	1 879 789,76 €	- 919,45 €	-0,05%
Outras contas a receber	5 925,09 €	- €	5 925,09 €	n.a.
Activo corrente	65 378 477,01 €	55 708 150,16 €	9 670 326,85 €	17,36%
Inventários	1 338 213,01 €	1 326 191,09 €	12 021,92 €	0,91%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	367 033,57 €	351 573,33 €	15 460,24 €	4,40%
Clientes, contribuintes e utentes	2 217 000,08 €	1 728 203,85 €	488 796,23 €	28,28%
Estado e outros entes públicos	398 175,33 €	346 319,41 €	51 855,92 €	14,97%
Outras contas a receber	26 670 914,28 €	22 545 078,07 €	4 125 836,21 €	18,30%
Diferimentos	74 414,98 €	88 890,40 €	- 14 475,42 €	-16,28%
Caixa e depósitos	34 312 725,76 €	29 321 894,01 €	4 990 831,75 €	17,02%
TOTAL ATIVO	389 239 506,82 €	399 676 115,35 €	- 10 436 608,53 €	-2,61%

Os principais decréscimos, em termos absolutos, verificam-se nas rubricas de ativos fixos tangíveis que apresentou uma queda de 20.686.985,69 € (-6,27%) e nos ativos

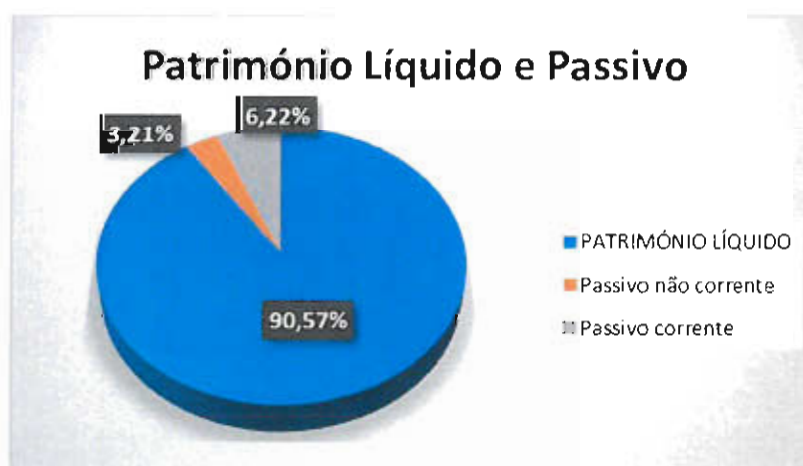
intangíveis que diminuíram 537.478,23 € (-59,44%). Por sua vez, os principais acréscimos verificam-se nas rubricas de caixa e depósitos que cresceram 4.990.831,75 € (+17,02%), nas outras contas a receber que aumentaram 4.125.836,21 € (+18,30%) e nas propriedades de investimento que subiram 1.112.522,90 € (+9,72%).

Ao nível dos investimentos, constata-se que estes são essencialmente representados pelos ativos fixos tangíveis representam 95,43% desta classe, seguida das propriedades de investimento que representam 3,88% e das participações e dos ativos intangíveis com 0,58% e 0,11%, respetivamente.



Asssembleia Municipal
de
VISEU

4.1.3. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO CONSOLIDADO



O Património Líquido Consolidado ascende a 352.546.680,00 € e representa 90,57% do total do Balanço. Por sua vez o Passivo Corrente representa 6,22% fixando-se em 24.206.441,49 € e o Passivo não Corrente ascende a 12.486.385,33 € representando 3,21%.

De referir que, o Passivo não corrente é composto em 62,34% por financiamentos bancários, sendo o remanescente diferimentos e provisões, representando 27,18% e 10,48%, respetivamente.

No que diz respeito ao Passivo Corrente, as suas rubricas mais representativas são as outras contas a pagar (47,21%), os financiamentos obtidos (17,76%) e os fornecedores (16,49%).

Património Líquido e Passivo Consolidado									
Rubrica	Município de Viseu	SMAS	Habisolvs	Viseu Novo	Viseu Marca	Viseupolis	Ajustamentos	PL e Passivo	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	233 614 629,86 €	75 103 895,38 €	235 516,49 €	975 883,51 €	889 436,64 €	49 827 691,05 €	- 8 160 382,93 €	352 546 680,00 €	90,57%
PASSIVO	30 935 124,51 €	5 783 854,54 €	257 437,23 €	615 056,97 €	118 685,60 €	1 733 691,54 €	- 2 751 023,57 €	36 692 826,82 €	9,43%
Passivo não corrente	11 911 001,84 €	1 455 142,42 €	- €	209 119,01 €	- €	348 367,20 €	- 1 437 245,14 €	12 686 385,33 €	3,21%
Passivo corrente	19 024 122,67 €	4 328 712,12 €	257 437,23 €	405 937,96 €	118 685,60 €	1 385 324,34 €	- 1 313 778,43 €	24 206 441,49 €	6,22%
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	264 549 754,37 €	80 887 749,92 €	552 953,72 €	1 590 940,48 €	1 008 122,24 €	51 561 382,59 €	- 18 911 406,50 €	389 239 506,82 €	100,00%

O total do Passivo do Grupo consolidado soma 36.692.826,82 €, apresentando um crescimento de 6.451.616,86 € (+21,33%) quando comparado com o período anterior.

De referir que os interesses minoritários apresentam 4,50% do total do Balanço, sendo os mesmos sobretudo da Viseupolis, conforme quadro a seguir:

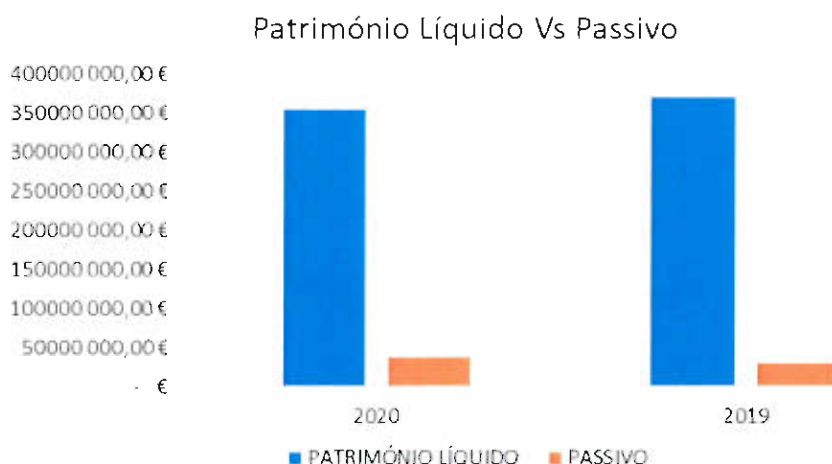
Fundos não controlados pelo Grupo	Interesses Minoritários		Total
	Viseu Marca	Viseupolis	
	52,00%	60,00%	
Património/Capital	208 000,00 €	9 600 000,00 €	9 808 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		7 320 388,43 €	7 320 388,43 €
Reservas		26,32 €	26,32 €
Resultados transitados	379 449,90 €		379 449,90 €
TOTAL INTERESSES MINORITÁRIOS	587 449,90 €	16 920 414,75 €	17 507 864,64 €

Os maiores contributos para o Património Líquido e Passivo Consolidado têm origem no Município de Viseu e nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento que

representam 86,33% destes agregados antes de ajustamentos, de seguida surge a Viseupolis com 12,89%.

Os ajustamentos realizados no âmbito do procedimento de consolidação, no património líquido e no passivo prendem-se essencialmente com a anulação de subsídios ao investimento intra-grupo, o reconhecimento dos interesses que não controlam e os sados recíprocos.

4.1.4. PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO – ANÁLISE COMPARATIVA



Comparativamente com o período homólogo anterior, constatou-se uma diminuição do Património Líquido no montante de 16.888.225,39 € (-4,57%) e um crescimento do passivo em 6.451.616,86 € (+21,33%), conforme segue:

Rubrica	Períodos				Variação	
	N		N-1			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	352 546 680,00 €	90,57%	369 434 905,39 €	92,43%	- 16 888 225,39 €	-4,57%
Património/Capital	124 163 274,22 €	31,90%	124 163 274,22 €	31,07%	-	0,00%
Reservas	17 158 952,19 €	4,41%	17 323 067,86 €	4,33%	- 164 115,67 €	-0,95%
Resultados transitados	111 956 209,79 €	28,76%	114 356 173,70 €	28,61%	- 2 399 963,90 €	-2,10%
Outras variações no Património Líquido	81 204 145,00 €	20,86%	95 266 420,14 €	23,84%	- 14 062 275,14 €	-14,76%
Resultado líquido do período	556 234,15 €	0,14%	927 831,79 €	0,23%	- 371 597,63 €	-40,05%
Interesses que não controlam	17 507 864,64 €	4,50%	17 398 137,69 €	4,35%	109 726,96 €	0,63%
PASSIVO	36 692 826,82 €	9,43%	30 241 209,96 €	7,57%	6 451 616,86 €	21,33%
Passivo não corrente	12 486 385,33 €	3,21%	12 171 767,47 €	3,05%	314 617,86 €	2,58%
Provisões	1 308 527,38 €	0,34%	2 486 161,31 €	0,62%	- 1 177 633,93 €	-47,37%
Financiamentos obtidos	7 784 243,08 €	2,00%	9 685 606,13 €	2,42%	- 1 901 363,05 €	-19,63%
Diferimentos	3 393 614,87 €	0,87%	-	0,00%	3 393 614,87 €	n.a.
Outras contas a pagar	-	0,00%	0,03 €	0,00%	- 0,03 €	-100,00%
Passivo corrente	24 206 441,49 €	6,22%	18 069 442,49 €	4,52%	6 136 999,00 €	33,96%
Credores por transferências e subsídios	14 712,69 €	0,00%	-	0,00%	14 712,69 €	n.a.
Fornecedores	3 992 102,46 €	1,03%	3 603 377,73 €	0,90%	388 724,73 €	10,79%
Adiantamentos de clientes, contribuinte	528 358,47 €	0,14%	528 358,47 €	0,13%	-	0,00%
Estado e outros entes públicos	549 817,02 €	0,14%	535 712,96 €	0,13%	14 104,06 €	2,63%
Financiamentos obtidos	4 298 268,65 €	1,10%	3 291 891,95 €	0,82%	1 006 376,70 €	30,57%
Fornecedores de investimentos	379 469,28 €	0,10%	479 470,34 €	0,12%	- 100 001,06 €	-20,86%
Outras contas a pagar	11 428 816,92 €	2,94%	9 630 631,04 €	2,41%	1 798 185,88 €	18,67%
Diferimentos	3 014 896,00 €	0,77%	-	0,00%	3 014 896,00 €	n.a.
Património Líquido + Passivo	389 239 506,82 €	100,00%	399 676 115,35 €	100,00%	- 10 751 226,39 €	-2,69%

Os principais decréscimos verificam-se em outras variações no património líquido e resultados transitados, tendo decrescido 14.062.275,14 € (-14,76%) e 2.399.963,90 € (-2,10%), respetivamente. Por outro lado, os principais aumentos ocorreram nas rubricas de Diferimentos (+6.408.510,87 €), facto relacionado com os contratos de concessão, e Outras Contas a Pagar (+1.798.185,88 €).

De referir que, o resultado líquido foi positivo em ambos os períodos, apesar de se verificar uma diminuição de 40,05%, fixando-se o resultado consolidado do período de 2020 em 556.234,15 € (927.831,79 € em 2019). Deste modo, constata-se que, globalmente os fundos próprios diminuíram 4,57% (-16.888.225,39 €) e o passivo aumentou 21,33%, fixando-se agora em 36.692.826,82 €.

4.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Demonstração de Resultados								
RENDIMENTOS E GASTOS	Município de Viseu	SMAS	Habibólvis	Viseu Novo	Viseu Marca	Viseu Polís	Ajustamentos	Resul. Consolidado
Impostos e taxas	29 056 685,35 €	10 199,82 €	- €	- €	- €	- €	- €	29 066 884,97 €
Vendas	167 376,04 €	4 994 564,12 €	- €	- €	6 601,02 €	- €	262 567,79 €	4 905 973,39 €
Prestações de serviços	6 174 089,06 €	8 027 400,94 €	265 064,26 €	1 496 357,85 €	448 438,14 €	- €	140 778,53 €	16 270 581,72 €
Rendimentos/Gastos imp. entidades cont. assoc. empreend. conj.	112 089,59 €	- €	- €	- €	- €	- €	112 089,59 €	- €
Transferências e subsídios correntes obtidos	18 733 239,98 €	- €	35 808,54 €	- €	25 295,03 €	- €	33 825,00 €	18 760 318,55 €
Variações nos inventários da produção	- €	2 876,63 €	- €	- €	- €	- €	- €	2 876,63 €
Trabalhos para a própria entidade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	511 752,05 €	732 052,32 €	- €	- €	1 829,76 €	- €	- €	1 245 644,13 €
Fornecimentos e serviços externos	21 000 772,30 €	4 114 502,77 €	112 287,70 €	1 219 612,53 €	429 183,42 €	3 896,21 €	440 846,98 €	26 449 607,95 €
Gastos com o pessoal	16 404 157,51 €	3 447 094,65 €	157 431,62 €	287 268,09 €	260 538,15 €	- €	- €	20 556 490,02 €
Transferências e subsídios concedidos	10 009 293,79 €	- €	- €	- €	- €	- €	305 746,00 €	9 703 547,79 €
Prestações sociais	132 339,39 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	132 339,39 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	154 962,18 €	105 897,41 €	11 767,37 €	- €	- €	- €	- €	80 832,14 €
Provisões (aumentos/reduções)	1 212 310,21 €	- €	- €	- €	- €	34 876,28 €	- €	1 177 633,93 €
Imparidade de investimentos não deprec./amort. (perdas/reversões)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros rendimentos	2 804 356,84 €	1 625 934,16 €	2 802,73 €	31 139,44 €	13 904,09 €	- €	30 026,05 €	4 448 110,71 €
Outros gastos	291 988,21 €	683 418,83 €	2 016,97 €	1 567,72 €	8 713,60 €	874,00 €	35 912,85 €	1 034 521,99 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	9 630 712,46 €	6 774 041,06 €	19 871,37 €	19 818,36 €	216 026,65 €	39 446,49 €	355 372,53 €	15 443 843,22 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	9 015 035,69 €	5 709 628,97 €	17 968,19 €	13 185,58 €	24 248,05 €	- €	- €	14 780 666,48 €
Imparidade de investimentos deprec./amort. (perdas/reversões)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	615 676,77 €	64 412,08 €	1 903,18 €	6 632,77 €	240 274,70 €	39 446,49 €	355 372,53 €	662 976,74 €
Juros e rendimentos similares obtidos	44 123,33 €	1 500,00 €	- €	3 899,18 €	- €	- €	- €	41 724,15 €
Juros e gastos similares suportados	116 689,19 €	31 797,55 €	- €	- €	- €	- €	- €	148 486,74 €
Resultado antes de impostos	442 530,91 €	34 114,53 €	1 903,18 €	1 954,19 €	240 274,70 €	39 446,49 €	355 372,53 €	556 234,16 €
Imposto sobre o rendimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Resultado líquido do período	442 530,91 €	34 114,53 €	1 903,18 €	1 954,19 €	240 274,70 €	39 446,49 €	355 372,53 €	556 234,16 €
Resultado líquido do período atribuível a:								
Detentores do capital da entidade-mãe	200 881,62 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	683 233,23 €
Interesses que não controlam	- €	- €	- €	- €	23 867,89 €	103 331,18 €	- €	126 999,07 €
								856 234,16 €

Os gastos mais significativos registados pelo Grupo são os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal, ascendendo a 26.449.607,95 € e 20.556.490,02 €, respetivamente, seguindo-se os gastos com depreciações e amortizações, as transferências e subsídios concedidos e os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, cujos gastos ascenderam a 14.780.666,48 €, 9.703.547,79 € e 1.245.644,13 €, respetivamente.

Por sua vez, ao nível dos rendimentos, destacam-se as rubricas de impostos e taxas, transferências e subsídios correntes obtidos e as prestações de serviços, cujos montantes ascenderam a 29.066.884,97 €, 18.760.318,55 € e 16.270.581,72 €, respetivamente, seguindo-se as vendas com 4.905.973,39 € e os outros rendimentos com 4.448.110,71 €.

Resultados Consolidados



Assim, os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA), ascenderam a 15.443.643,22 €. Contudo, o impacto das depreciações é muito forte, o que leva a que o resultado operacional se fixe em 662.976,74 €.

Por sua vez, o resultado líquido ficou em 556.234,15 €, em resultado do impacto financeiro, sendo os juros suportados (148.466,74 €) bastante superiores aos obtidos (41.724,15 €). De referir que, o resultado dos “interesses que não controlam” se apresentou negativo em 126.999,07 €, pelo que o resultado líquido consolidado do período atribuível ao Grupo, ascende a 683.233,23 €.

O elevado peso das depreciações está diretamente relacionado com a estrutura do ativo, essencialmente constituído por ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento.

De referir que, a Viseupolis se encontra inativa, sendo os gastos registados em 2020 essencialmente relacionados com o reforço de provisões e com fornecimentos e serviços externos.

O contrato do Programa Polis prevê a passagem de todos os ativos da empresa ViseuPolis, aquando da sua liquidação, para o Município de Viseu. Por outro lado, o passivo será absorvido por cada um dos acionistas de acordo com a sua participação.

Assembleia Municipal
de
VISEU

O Resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo apresenta um valor amplamente positivo, ascendendo a **683.233,23 €**, o que evidencia uma ligeira redução face ao verificado no ano anterior. Considerando o resultado atribuível a interesses não controlados pelo Grupo, no valor de -126.990,07 €, verifica-se que o Resultado Líquido ascende a 556.234,15 €.

4.2.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – ANÁLISE COMPARATIVA

RENDIMENTOS E GASTOS	Períodos		Variação	
	N	N-1	Valor	%
Impostos e taxas	29 066 684,97 €	27 023 718,18 €	2 043 166,79 €	7,56%
Vendas	4 905 973,39 €	5 812 651,39 €	906 678,00 €	-15,60%
Prestações de serviços	16 270 581,72 €	15 143 615,18 €	1 126 966,54 €	7,44%
Transferências e subsídios correntes obtidos	18 760 318,55 €	19 672 650,00 €	912 331,45 €	-4,64%
Variações nos inventários da produção	2 876,63 €	2 970,38 €	5 847,01 €	-196,84%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 245 644,13 €	1 339 973,72 €	94 329,59 €	-7,04%
Fornecimentos e serviços externos	26 449 607,95 €	27 190 701,82 €	741 093,87 €	-2,73%
Gastos com o pessoal	20 556 490,02 €	19 314 290,16 €	1 242 199,84 €	6,43%
Transferências e subsídios concedidos	9 703 547,79 €	8 506 622,07 €	1 196 925,72 €	14,07%
Prestações sociais	132 339,39 €	63 819,74 €	68 519,65 €	107,36%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	60 832,14 €	158 795,38 €	97 963,24 €	-61,69%
Provisões (aumentos/reduções)	1 177 633,93 €	348 934,60 €	628 699,33 €	237,49%
Outros rendimentos	4 448 110,71 €	5 720 719,11 €	1 272 608,41 €	-22,25%
Outros gastos	1 034 521,99 €	1 226 094,10 €	191 572,11 €	-15,62%
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento	15 443 643,22 €	16 924 961,82 €	2 284 064,20 €	14,34%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	14 780 666,48 €	14 861 965,33 €	81 298,85 €	-0,55%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	662 976,74 €	1 062 996,49 €	2 202 766,35 €	207,22%
Juros e rendimentos similares obtidos	41 724,15 €	44 967,10 €	3 232,95 €	-7,19%
Juros e gastos similares suportados	148 466,74 €	180 121,81 €	31 655,07 €	-17,57%
Resultado antes de impostos	556 234,15 €	927 831,79 €	2 167 867,33 €	233,65%
Imposto sobre o rendimento	- €	- €	- €	n.a.
Resultado líquido do período	556 234,15 €	927 831,79 €	2 167 867,33 €	233,65%
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe	683 233,23 €	855 278,84 €	172 045,61 €	-20,12%
Interesses que não controlam	126 999,07 €	72 552,95 €	199 552,02 €	-275,04%
	556 234,15 €	927 831,79 €	371 697,63 €	-40,06%

Conforme podemos verificar no quadro acima, as principais variações positivas nas rubricas de rendimentos da Demonstração de Resultados Consolidada foram as ocorridas com os impostos e taxas, que cresceram 7,56% (+2.043.166,79 €), as prestações de serviços que aumentaram 7,44% (+1.126.966,54 €) e as reduções de provisões +237,49% (+828.699,33 €). Por sua vez, as principais diminuições nas rubricas de rendimentos verificaram-se nos outros rendimentos que diminuíram 22,25% (-

1.272.608,41 €) e nas transferências e subsídios correntes obtidos que decresceram 4,64% (-912.331,45 €).

No que diz respeito aos gastos, constatou-se que a principal diminuição ocorreu na rubrica de fornecimentos e serviços externos que diminuiu 2,73% (-741.093,87 €), por outro lado, as rubricas de gastos que mais cresceram foram os gastos com pessoal e transferências e subsídios concedidos, tendo aumentado 6,43% (+1.242.199,84 €) e 14,07% (+1.196.925,72 €).

5. ATIVIDADES DO CONJUNTO EM MATÉRIAS QUE ESTÃO DIRETAMENTE LIGADAS À ATIVIDADE AUTÁRQUICA

As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município apresentam atribuições específicas no âmbito das competências do poder local.

Deste modo, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu contribuem para a concretização das políticas municipais para os setores de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais, nomeadamente, captação, tratamento, adução, elevação, armazenamento e distribuição até ao domicílio das populações servidas, bem como a recolha das águas residuais desde do domicílio das populações servidas, transporte, incluindo elevação, tratamento e rejeição das águas residuais, após o tratamento nas linhas de água. Estão, também, a cargo dos Serviços, as fontes ornamentais, a limpeza das linhas da água na zona urbana e a rede de fontanários do Concelho.

A Habisolvis desenvolve a gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social do Município. Neste âmbito foram efetuados serviços de gestão de rendas e do património imobiliário associado. Complementarmente, contribuiu para a execução dos programas habitacionais do Município, designadamente, ao nível do Viseu Habita.

A atividade da Viseu Novo caracterizou-se pela execução e acompanhamento técnico de obras inseridas no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar”, na implementação

do plano de ação para a revitalização do centro histórico “Viseu Viva”, na elaboração de pareceres diversos, no lançamento de concursos públicos e em outras atividades inseridas nos diversos contratos programa celebrados com o Município.

As atividades desenvolvidas pela Associação Viseu Marca foram fortemente marcadas pelo surto pandémico da COVID-19 pelo que os eventos desenvolvidos foram restringidos, destaca-se a organização da iniciativa CUBO Mágico.

A Viseupolis tinha por objeto a gestão e coordenação do investimento a realizar na zona de intervenção de Viseu, no quadro do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa Polis, promovido pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, bem como o desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respetiva área de intervenção. Esta entidade encontra-se em processo de extinção e integração do ativo no Município de Viseu.

Assembleia Municipal
de
VISEU

6. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO FUTURA DO CONJUNTO DAS ENTIDADES QUE COMPÕEM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No âmbito da prossecução da sua missão, o Município de Viseu irá prosseguir uma estratégia que tem como objetivo a criação das condições necessárias para o crescimento próspero e o desenvolvimento sustentável. A implementação de projetos, ações e atividades diferenciadoras permitirão a construção de um território mais atrativo para viver, investir e visitar.

Relativamente à sociedade Viseupolis, continuarão a ser efetuadas diligências do sentido de promover a sua extinção e partilha.

As restantes entidades manterão a sua atividade normal no cômputo das atribuições respetivas no âmbito da habitação social, da reabilitação urbana e da promoção da cidade.

Por via do surto pandémico da COVID-19 a evolução da Associação Viseu Marca estará condicionada por via da não realização da Feira de S. Mateus e da necessidade de adaptar outros eventos, contudo, a continuidade da associação não está em causa, uma vez que os custos variáveis são relevantes e apresenta solidez financeira.

7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício o país foi assolado por um novo confinamento como consequência do surto pandémico da COVID-19. Por força do estado de emergência vivido e da necessidade de implementar medidas pretende-se manter os programas *Viseu Ajuda+* e *Viseu Investe+* com um pacote de medidas criadas para mitigar os efeitos gerados pela crise e para incentivar a manutenção e relançamento da economia local e regional.

Para além do referido no ponto 6 as restantes entidades dedicadas à reabilitação urbana e habitação social não deverão apresentar impactos decorrentes da situação pandémica.

Apesar de se verificarem impactos na despesa e na receita do Grupo não se prevê a existência de estrangulamentos financeiros, sendo credível a continuidade de todas as entidades.

Assembleia Municipal
de
VISEU

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
1. BALANÇO CONSOLIDADO

Entidade: Município de Viseu

Balanço (consolidado) em 31 de dezembro de 2020

Unidade monetária (€)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/N	31/12/N-1
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2, 4, 5, 6, 9	309 053 749,71 €	329 740 735,40 €
Propriedades de investimento	2, 8	12 555 781,33 €	11 443 258,43 €
Ativos intangíveis	2, 3	366 703,37 €	904 181,60 €
Participações financeiras	2, 20	1 878 870,31 €	1 879 789,70 €
Outras contas a receber	2, 4	5 925,09 €	- €
		323 861 029,81 €	343 967 965,19 €
Activo corrente			
Inventários	2, 10	1 338 213,01 €	1 326 191,09 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2, 14	367 033,57 €	351 573,33 €
Cientes, contribuintes e utentes	2, 16, 18	2 217 000,08 €	1 728 203,85 €
Estado e outros entes públicos	2, 18	398 175,33 €	346 319,41 €
Outras contas a receber	2, 16, 18	26 670 914,28 €	22 545 078,07 €
Diferimentos	2	74 414,98 €	88 890,40 €
Caixa e depósitos	2	34 312 725,76 €	29 321 894,01 €
		65 378 477,01 €	55 708 150,16 €
Total do ATIVO		389 239 506,82 €	399 676 115,35 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	2, 18	124 163 274,22 €	124 163 274,22 €
Reservas	2	17 158 952,19 €	17 323 067,88 €
Resultados transitados	2	111 956 209,79 €	114 356 173,70 €
Outras variações no Património Líquido	2	81 204 145,00 €	95 266 420,14 €
Resultado líquido do período	2	556 234,15 €	927 831,79 €
Interesses que não controlam		17 507 864,64 €	17 398 137,89 €
Total do Património Líquido		352 546 680,00 €	389 434 905,39 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	2, 15	1 306 527,38 €	2 486 161,31 €
Financiamentos obtidos	2, 7, 18	7 784 243,08 €	9 685 606,13 €
Diferimentos	2	3 393 614,87 €	- €
Outras contas a pagar		- €	0,03 €
		12 486 385,33 €	12 171 767,47 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	2, 18	14 712,69 €	- €
Fornecedores	2, 16, 18	3 992 102,46 €	3 603 377,73 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	2, 16, 18	528 358,47 €	528 358,47 €
Estado e outros entes públicos	2, 18	549 817,02 €	535 712,96 €
Financiamentos obtidos	2, 7, 18	4 298 268,65 €	3 291 891,95 €
Fornecedores de investimentos	2, 18	379 489,28 €	479 470,34 €
Outras contas a pagar	2, 16, 18	11 428 818,92 €	9 630 631,04 €
Diferimentos	2	3 014 896,00 €	- €
		24 206 441,49 €	18 069 442,49 €
Total do Passivo		36 692 826,82 €	30 241 209,98 €
Total do Património Líquido e Passivo		389 239 506,82 €	399 676 115,35 €

Assembleia Municipal
de
VISEU

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: Município de Viseu

Demonstração de resultados por naturezas (consolidada) do período findo em 31 de dezembro de 2020

Unidade monetária (€)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		N	N-1
Impostos e taxas	2, 13, 14	29 066 884,97 €	27 023 718,18 €
Vendas	2, 13	4 905 973,39 €	5 812 651,39 €
Prestações de serviços	2, 4, 14	16 270 581,72 €	15 143 615,18 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	2, 14	18 760 318,55 €	19 672 650,00 €
Variações nos inventários da produção	2, 10	- 2 876,63 €	2 970,38 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2, 10	- 1 245 644,13 €	- 1 339 973,72 €
Fornecimentos e serviços externos	2	-26 449 607,95 €	-27 190 701,82 €
Gastos com o pessoal	2, 19	-20 556 490,02 €	-19 314 290,18 €
Transferências e subsídios concedidos	2	- 9 703 547,79 €	- 8 506 622,07 €
Prestações sociais	2	- 132 339,39 €	- 63 819,74 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2, 18	- 60 832,14 €	- 156 795,36 €
Provisões (aumentos/reduções)	2, 17	1 177 633,93 €	348 934,60 €
Outros rendimentos	2	4 448 110,71 €	5 720 719,11 €
Outros gastos	2	- 1 034 521,99 €	- 1 226 094,10 €
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento		15 443 643,22 €	15 924 961,82 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2, 3, 4, 5	-14 780 666,48 €	-14 861 965,33 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- €	- €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		662 976,74 €	1 062 996,49 €
Juros e rendimentos similares obtidos	2, 18	41 724,15 €	44 957,10 €
Juros e gastos similares suportados	2, 18	- 148 466,74 €	- 180 121,61 €
Resultado antes de impostos		556 234,16 €	927 831,79 €
Imposto sobre o rendimento		- €	- €
Resultado líquido do período		556 234,15 €	927 831,79 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		683 233,23 €	855 278,84 €
Interesses que não controlam		- 126 999,07 €	72 552,95 €
		556 234,15 €	927 831,79 €

Assembleia Municipal
de
VISEU

3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Entidade: Município de Viseu

Demonstração (consolidada) das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2020

Descrição	Ítem	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido	
		Capital / Património líquido subscrito	Ações (quótas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido do período					
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	2	124 983 274,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 223 087,80 €	114 358 073,78 €	0,00 €	0,00 €	85 296 428,14 €	927 827,79 €	352 036 752,71 €	17 308 157,88 €	369 424 865,30 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 588,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 588,17 €	0,00 €	18 588,17 €
Operações de conversão de demonstrações financeiras			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respectivas variações			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e entradas de capital			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Cancelação de ações próprias			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reservadas no Património Líquido			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-164 115,87 €	-2 487 700,04 €	-18 588,17 €	0,00 €	-44 082 275,14 €	-827 827,79 €	-17 640 528,81 €	108 728,95 €	-17 530 802,86 €
	(2)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-164 115,87 €	-2 487 700,04 €	0,00 €	0,00 €	-44 082 275,14 €	-827 827,79 €	-17 554 186,51 €	108 728,95 €	-17 444 458,56 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)										538 224,15 €	538 224,15 €			538 224,15 €
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)										-371 587,64 €	-371 587,64 €			-371 587,64 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Subscrições de capital próprio			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subscrições de prémios de emissão			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes para cobertura de perdas			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras operações			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	(5)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (4)	2	124 983 274,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 058 952,18 €	111 859 283,79 €	0,00 €	0,00 €	81 284 145,80 €	538 224,15 €	335 038 915,36 €	17 387 886,84 €	352 546 802,20 €

Asssembleia Municipal
de
VISEU

4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Município de Viseu

Demonstração (consolidada) dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2020

Unidade monetária (€)

Rubricas	Notas	Períodos	
		N	N-1
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2, 4, 13	14 573 508,32 €	14 912 627,61 €
Recebimentos de contribuintes	2, 14	27 626 078,98 €	26 116 588,36 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	2, 14	18 435 211,93 €	17 130 689,83 €
Recebimentos de utentes	2, 13	2 820 754,06 €	4 490 118,92 €
Pagamentos a fornecedores	2	-21 870 128,94 €	-24 791 990,80 €
Pagamentos ao pessoal	2	-13 451 401,61 €	-16 017 761,75 €
Pagamentos de transferências e subsídios	2	-14 167 582,71 €	-14 362 218,04 €
Caixa gerada pelas operações		13 966 440,03 €	7 478 054,13 €
Outros recebimentos	2	8 739 490,99 €	6 869 595,90 €
Outros pagamentos	2	-10 258 242,13 €	-7 106 504,30 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		12 447 688,89 €	7 241 145,73 €
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	2, 4, 5	-12 617 933,52 €	-6 725 898,50 €
Ativos intangíveis	2, 3	-314 898,97 €	-530 993,67 €
Investimentos financeiros		0,00 €	-204 611,18 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	2, 4, 5	2 481 650,90 €	115,85 €
Propriedades de Investimento	2, 8	86 385,44 €	88 776,07 €
Investimentos financeiros	2, 18	2 086,99 €	0,00 €
Subsídios ao investimento	2	1 013 392,03 €	904 108,05 €
Transferências de capital	2	2 674 478,47 €	2 555 896,50 €
Juros e rendimentos similares	2	9 153,75 €	2 014,89 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		-6 665 684,91 €	-3 910 591,99 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	2, 18	1 274 476,10 €	228 256,27 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	2, 18	-1 961 550,12 €	-2 088 042,71 €
Juros e gastos similares	2, 18	-104 098,21 €	-205 427,57 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)		-791 172,23 €	-2 049 214,01 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		4 990 831,75 €	1 281 339,73 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		29 321 894,01 €	28 040 554,28 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34 312 725,76 €	29 321 894,01 €
Conciliação entre Caixa e seus equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		29 321 894,01 €	28 040 554,28 €
- Equivalentes a caixa no início do período		-2 470 884,48 €	0,00 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		2 470 884,48 €	0,00 €
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00 €	0,00 €
= Saldo da gerência anterior		29 321 894,01 €	28 040 554,28 €
De execução orçamental		23 751 237,21 €	21 523 661,70 €
De operações de tesouraria		5 570 656,80 €	6 516 892,58 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34 312 725,76 €	29 321 894,01 €
- Equivalentes a caixa no fim do período		-2 409 730,95 €	0,00 €
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		2 409 730,95 €	0,00 €
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00 €	0,00 €
= Saldo da gerência seguinte		34 312 725,76 €	29 321 894,01 €
De execução orçamental		28 733 523,53 €	23 751 237,21 €
De operações de tesouraria		5 579 202,23 €	5 570 656,80 €

5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Entidade: Município de Viseu
Demonstração consolidada do desempenho orçamental, em 31 de dezembro de 2020

Unidade monetária (€)

Rubrica	RECEBIMENTOS	M	IL-1
	Saldo de gobernação anterior	29 321 894,01 €	28 040 554,28 €
	Operações orçamentais (1)	23 751 237,21 €	21 523 861,70 €
	Devolução do saldo oper. orçamentais		
	Recuperação do saldo devolvido por terceiras entidades		
	Operações de tesouraria (A)	5 979 855,80 €	6 516 882,58 €
R1	Receita corrente	69 155 307,36 €	70 556 647,36 €
R1.1	Receita fiscal	25 800 104,80 €	26 116 588,36 €
R1.2	Impostos diretos	25 800 104,80 €	26 116 588,36 €
R2	Impostos indiretos		
R3	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R4	Tarfas, multas e outras penalidades	2 010 618,44 €	4 480 118,92 €
R5	Rendimentos de propriedade	7 334 570,15 €	7 815 831,68 €
R6	Transferências e subsídios correntes	16 435 211,93 €	17 130 688,83 €
R6.1	Transferências correntes	16 435 211,93 €	17 130 688,83 €
R6.1.1	Administrações Públicas	16 435 211,93 €	17 130 688,83 €
R6.1.1.1	Administração Central - Estado Português	18 079 551,78 €	17 130 688,83 €
R6.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	333 851,43 €	
R6.1.1.3	Segurança Social		
R6.1.1.4	Administração Regional		
R6.1.1.5	Administração Local	21 808,72 €	
R6.1.2	Enteitor - U.E.		
R6.1.3	Outras		
R6.2	Subsídios correntes		
R6	Venda de bens e serviços	15 267 874,76 €	14 912 627,61 €
R7	Outras receitas correntes	286 827,28 €	80 790,96 €
RA03	Receita de capital	6 399 367,94 €	3 476 120,40 €
R8	Venda de bens de investimento	56 500,00 €	115,85 €
R9	Transferências e subsídios de capital	3 896 237,15 €	3 480 004,55 €
R9.1	Transferências de capital	3 896 237,15 €	3 480 004,55 €
R9.1.1	Administrações Públicas	3 896 237,15 €	2 558 896,50 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 502 011,80 €	2 558 896,50 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local	394 225,35 €	
R9.1.2	Enteitor - U.E.		
R9.1.3	Outras		904 108,05 €
R9.2	Subsídios de capital		
R10	Outras receitas de capital	2 447 630,79 €	16 000,00 €
R11	Reposições não abedidas aos pagamentos	53 710,42 €	
RA04	Receita efeliva (2)	75 607 885,72 €	74 032 767,76 €
RA05	Receita não efeliva (3)	1 044 629,56 €	228 256,27 €
R12	Receita com alívios financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros	1 044 629,56 €	228 256,27 €
RA06	Soma (1)+(2)+(3)	100 403 752,49 €	95 784 685,73 €
RO11	Operações de tesouraria (B)	3 085 852,03 €	6 205 819,79 €

Rubrica	PAGAMENTOS	M	IL-1
D1	Despesa corrente	54 440 252,75 €	58 044 764,39 €
D1.1	Despesas com o pessoal	19 582 481,38 €	20 108 426,03 €
D1.2	Remunerações Correntes e Remunerações	14 843 077,25 €	15 422 384,01 €
D1.3	Abonos Variáveis ou Eventuais	612 875,16 €	585 377,74 €
D1.4	Segurança Social	4 126 438,97 €	4 080 654,28 €
D2	Aquisição de bens e serviços	21 983 251,70 €	24 791 980,80 €
D3	Juros e outros encargos	104 100,00 €	205 427,57 €
D4	Transferências e subsídios correntes	11 510 787,52 €	9 923 079,97 €
D4.1	Transferências correntes	11 510 787,52 €	9 923 079,97 €
D4.1.1	Administrações Públicas	5 603 606,38 €	5 380 333,72 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	311 113,77 €	359 816,81 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
D4.1.1.3	Segurança Social		
D4.1.1.4	Administração Regional		
D4.1.1.5	Administração Local	5 298 492,61 €	5 000 516,91 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	4 164 198,83 €	3 234 631,32 €
D4.1.3	Famílias	163 162,01 €	122 036,72 €
D4.1.4	Outras	1 673 818,20 €	1 205 018,21 €
D4.2	Subsídios Correntes		
D5	Outras despesas correntes	1 148 562,15 €	3 015 840,02 €
DA02	Despesa de capital	15 415 078,17 €	11 900 641,42 €
D6	Aquisição de bens de capital	9 514 336,82 €	7 256 882,17 €
D7	Transferências e subsídios de capital	5 900 741,35 €	4 439 138,07 €
D7.1	Transferências de capital	5 900 741,35 €	4 439 138,07 €
D7.1.1	Administrações Públicas	3 875 603,70 €	3 605 404,93 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
D7.1.1.3	Segurança Social		
D7.1.1.4	Administração Regional		
D7.1.1.5	Administração Local	3 875 603,70 €	3 605 404,93 €
D7.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	327 380,13 €	72 450,00 €
D7.1.3	Famílias	386 854,64 €	494 864,87 €
D7.1.4	Outras	1 310 883,88 €	266 418,27 €
D7.2	Subsídios de capital		
D8	Outras despesas de capital		204 811,18 €
DA03	Despesa efeliva (4)	69 855 330,92 €	69 945 405,81 €
DA04	Despesa não efeliva (5)	1 814 898,04 €	2 088 042,71 €
D9	Despesa com alívios financeiros		
D10	Despesa com passivos financeiros	1 814 898,04 €	2 088 042,71 €
DA05	Soma (7)+(8)+(9)	71 670 228,96 €	72 033 448,52 €
DO11	Operações de tesouraria (C)	3 077 408,60 €	7 152 065,57 €
DA06	Saldo para a gobernação seguinte	34 312 725,76 €	29 321 894,01 €
DA07	Operações orçamentais (B) - (1)+(7)	28 733 523,53 €	23 751 237,21 €
DA08	Operações de tesouraria (C)-(A)-(B)-(C)	5 579 202,23 €	5 570 666,80 €
DA09	Saldo global (2) - (5)	5 752 584,80 €	4 087 361,95 €
DA10	Despesa primária	69 751 170,82 €	69 739 948,24 €
DA11	Saldo corrente	14 715 054,81 €	12 511 882,97 €
DA12	Saldo de capital	8 015 710,23 €	8 424 521,02 €
DA13	Saldo patrimonial	5 856 714,80 €	4 292 789,52 €
DA14	Recalculo total (1) - (2) + (3)	100 403 752,49 €	95 784 685,73 €
DA15	Despesa total (5) + (6)	71 670 228,96 €	72 033 448,52 €

Asssembleia Municipal
de
VISEU

6. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Entidade: Município de Viseu
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, em 31 de dezembro de 2020

		Unidade monetária (€)				Unidade monetária (€)	
Rubrica	LIQUIDAÇÕES	N	N-1	Rubrica	OBRIGAÇÕES	N	N-1
R1	Receita corrente	69 506 806,49 €	64 388 831,14 €	D1	Despesa corrente	54 685 376,80 €	53 739 702,17 €
R1.1	Receita fiscal	25 800 104,80 €	26 103 255,90 €	D1.1	Despesas com o pessoal	19 157 904,79 €	18 848 165,05 €
R1.2	Impostos diretos	25 800 104,80 €	25 187 831,28 €	D1.1.1	Ramunicações, Cortes e Recrutamentos	14 389 527,72 €	14 181 753,03 €
R2	Impostos indiretos		915 424,62 €	D1.2	Abonos Vitais ou Eventuais	623 973,54 €	595 377,74 €
R3	Contribuições para sistemas de proteção social e subistemas de saúde			D1.3	Segurança social	4 144 403,53 €	4 091 034,28 €
R4	Taxas, multas e outras penalidades	2 203 493,30 €	580 631,06 €	D2	Aquisição de bens e serviços	22 334 446,19 €	24 159 535,56 €
R5	Rendimentos de propriedade	7 363 437,19 €	4 116 318,36 €	D3	Juros e outros encargos	100 257,94 €	144 479,82 €
R5.1	Transferências e subsídios correntes	18 368 385,53 €	17 179 406,83 €	D4	Transferências e subsídios correntes	11 934 846,44 €	9 977 654,11 €
R5.1.1	Transferências correntes	18 368 385,53 €	17 179 406,83 €	D4.1	Transferências correntes	11 934 846,44 €	9 977 654,11 €
R5.1.1.1	Administrações Públicas	18 368 385,53 €	17 179 406,83 €	D4.1.1	Administrações Públicas	5 929 470,17 €	5 360 333,72 €
R5.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português	17 758 389,39 €	16 352 294,53 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	311 113,77 €	358 816,81 €
R5.1.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	609 996,14 €	196 188,90 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social		30 923,40 €	D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local	5 618 356,40 €	5 000 516,91 €
R5.1.2	Enteiras - U.E.			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	4 184 754,82 €	3 289 126,48 €
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	186 792,25 €	122 175,72 €
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras	1 873 819,20 €	1 266 018,21 €
R6	Venda de bens e serviços	15 689 328,04 €	16 232 974,75 €	D4.2	Subsídios Correntes		
R7	Outras receitas correntes	87 057,83 €	176 244,84 €	D5	Outras despesas correntes	1 157 921,44 €	609 367,83 €
R8	Receita de capital	6 513 646,21 €	3 402 865,58 €	D6	Despesa de capital	15 317 578,15 €	11 798 991,89 €
R9	Venda de bens de investimento	55 506,00 €		D6.1	Aquisição de bens de capital	9 528 232,36 €	8 833 660,19 €
R9.1	Transferências e subsídios de capital	4 001 240,33 €	3 397 029,16 €	D7	Transferências e subsídios de capital	5 789 345,79 €	4 963 331,70 €
R9.1.1	Transferências de capital	4 001 240,33 €	3 397 029,16 €	D7.1	Transferências de capital	5 789 345,79 €	4 963 331,70 €
R9.1.1.1	Administrações Públicas	4 001 240,33 €	2 620 587,98 €	D7.1.1	Administrações Públicas	3 750 760,34 €	3 500 988,95 €
R9.1.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7 739 946,00 €	2 561 526,26 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	991 917,14 €		D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local	269 382,19 €	59 271,73 €	D7.1.1.5	Administração Local	3 750 760,34 €	3 500 988,95 €
R9.1.2	Enteiras - U.E.		776 431,17 €	D7.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	330 389,13 €	77 450,00 €
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias	397 302,44 €	495 084,87 €
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras	1 310 853,89 €	894 809,88 €
R10	Outras receitas de capital	2 456 905,88 €	5 866,42 €	D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposições não atípicas aos pagamentos	63 588,99 €	81 766,02 €	D8	Outras despesas de capital		
	Receita eletiva [2]	76 084 040,79 €	67 873 493,34 €		Despesa eletiva [5]	70 002 954,95 €	65 538 194,06 €
	Receita não eletiva [3]	1 044 829,56 €	133 850,28 €		Despesa não eletiva [6]	1 957 106,82 €	2 215 437,38 €
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros		203 726,50 €
R13	Receita com passivos financeiros	1 044 829,56 €	133 850,28 €	D10	Despesa com passivos financeiros	1 957 106,82 €	2 011 710,88 €
	Receita total [4] = [1] + [2] + [3]	77 128 870,35 €	68 007 143,62 €	D10.5	Despesa total [7] = [5] + [6]	71 960 061,77 €	67 751 631,44 €

Na coluna de obrigações por natureza do ano de 2019 foram considerados os valores que surgem na coluna "faturado" do mapa da posição do orçamento da despesa daquele ano, uma vez que não foi possível obter a desagregação das obrigações por classificação económica para aquele exercício.


Asssembleia Municipal
de
VISEU

7. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O ano de 2020 constitui o primeiro período de relato financeiro de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, facto que implica uma divulgação adicional e específica relacionado com a adoção pela primeira vez do SNC-AP, situação abaixo relatada até à nota 1.

Adoção pela primeira vez do SNC-AP – divulgação transitória

(a) Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

Em 2020, com a transição, foram várias as situações que afetaram as demonstrações financeiras do município. Tivemos o desreconhecimento de ativos fixos intangíveis por alguns destes bens não satisfazerem a definição de ativo fixo intangível no SNC-AP. Foram, por isso, desreconhecidos nesta conta e transferidos para uma conta 56 – Resultados transitados.

Foram reclassificados vários bens do ativo fixo tangível que estavam reconhecidos numa categoria de acordo com o POCAL e que no novo normativo pertencem a outra categoria.

Foi reclassificado o valor do Fundo de Apoio Municipal (FAM), por este novo normativo não conter contas diferentes para o valor corrente e não corrente. Em 2019 era efetuada a distinção de médio e longo prazos, em 2020 está a totalidade em outras contas a pagar – passivo corrente.

As transferências e subsídios de capital para investimentos depreciables foram reclassificadas para outras variações do património líquido, quando no anterior normativo estavam como proveitos diferidos no passivo.

Nos termos das disposições da Portaria 189/2016 de 14 de julho, foram efetuadas revisões das vidas úteis dos “edifícios e outras construções” nas condições previstas pelo Classificador Complementar (CC), facto que implicou o acréscimo de depreciações acumuladas e respetivos subsídios ao investimento, uma vez verificada a diminuição da vida útil, acontecimento registado ao nível dos resultados transitados (conta 546). Este tratamento contabilístico assenta na interpretação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), designadamente a “FAQ 44”.

Os subsídios ao investimento com condições cumpridas ou sem condições se encontram registados no património líquido, quando no normativo anterior se registavam no passivo. Aliás, nas empresas Municipais, como já adotavam o SNC empresarial (decreto-lei 158/2009), o SNC-AP permitiu fazer coincidir esta política contabilística.

Asssembleia Municipal
de
VISEU

Procedeu-se ao reconhecimento das imparidades de devedores pelo valor total da dívida, quando no normativo anterior as dívidas de cobrança duvidosa eram reconhecidas em 50% se em mora há mais de seis meses e a 100% se em mora há mais de um ano.

No normativo POCAL a existência de contratos de concessão nunca foi objeto de registo, pese embora o património do Município afeto à concessão assim se tenha mantido. Nestes termos, foram reconhecidos novos ativos e passivos decorrentes dos contratos em vigor e ajustaram-se as depreciações em função da duração dos contratos de concessão e não em função da vida útil prevista no Classificador Complementar.

Foi considerado como investimento financeiro o depósito do Banco Privado Português, deixando de integrar o Saldo de Gerência e Disponibilidades no valor de 1.168.253,96€.

(b) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores;

Património Líquido Consolidado em 31 de dezembro 2019: - POCAL 276 063 366,70 €

Património Líquido Consolidado em 31 de dezembro 2019: - SNC AP 342 793 580,16 €

Asssembleia Municipal
de
VISEU

Quadro 0: Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

RUBRICAS do BALANÇO	Valores Conforme norma anterior	Reajustamentos	Desajustamentos	Ganhos de memorização	Impedimentos de memorização	Outros	Efeitos	Reajustamentos	SNC-AP 2020
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) e (11)
ATIVO									
Ativo não corrente									
Ativos fixos tangíveis	329 740 735,40 €	1 832,05 €	820 510,00 €	14 983 040,30 €			2 334 329,01 €	816 564,26 €	310 050 024,09 €
Propriedades de investimento				82 309,36 €				10 762 566,47 €	11 579 275,91 €
Ativos intangíveis	700 181,60 €		181 238,90 €				147 985,84 €	103 914,33 €	205 444,15 €
Ativos biológicos									€
Participações financeiras	13 103 048,19 €							10 770 667,37 €	2 344 380,87 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis								368 887,67 €	368 887,67 €
Acionistas/sócios/associados									€
Diferimentos								1 604 958,57 €	1 604 958,57 €
Outros ativos financeiros									€
Ativos por impostos diferidos									€
Clientes, contribuintes e utentes									€
Outras contas a receber		1 030 440,49 €							1 620 440,49 €
Ativo corrente									
Existências	1 325 181,00 €						10 271,05 €	1 843,55 €	1 336 079,40 €
Ativos biológicos									€
Devedores por empréstimos e subsídios não reembolsáveis								416 573,33 €	416 573,33 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis									€
Clientes, contribuintes e utentes	1 728 200,85 €		30 750,14 €				15 530,38 €	249 353,89 €	1 971 470,24 €
Estatos e outros entes públicos	346 319,41 €						7 252,56 €		356 116,89 €
Acionistas/sócios/associados									€
Outras contas a receber	20 306,601 40 €		5 240 850,94 €				39 539,65 €	1 556 997,67 €	20 420 070,15 €
Diferimentos	88 890,80 €							42 264,97 €	131 155,37 €
Ativos financeiros devidos para negociação									€
Outros ativos financeiros									€
Ativos não correntes devidos para venda									€
Caixa e depósitos	29 321 894,01 €								29 321 894,01 €
Total do ATIVO	399 676 115,30 €	4 831 908,41 €	1 601 723,96 €	15 048 349,84 €	€	€	2 168 810,74 €	293 087,32 €	385 378 372,84 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património Capital	121 403 231,22 €								124 140 274,23 €
Ações/quotas próprias									€
Outros instrumentos de capital próprio									€
Prémios de emissão									€
Reservas	16 540 562,05 €							4 192 720,74 €	12 450 841,31 €
Resultados transferidos	114 306 170,70 €	29 417,05 €	1 900 723,96 €	11 501 808,97 €			20 948 742,65 €	429 257,43 €	129 501 110,21 €
Ajustamentos em ativos financeiros									€
Excedentes de avaliação									€
Outras variações no Património Líquido	2 569 386,26 €			2 516 490,20 €			11 077 592,38 €	89 766 697,37 €	58 782 261,15 €
Resultado líquido do período	850 278,04 €							414 885,70 €	440 383,54 €
Dividendos antecipados	€								€
Interesses que não controlam	17 470 090,02 €								17 470 090,02 €
Total do Património Líquido	376 083 366,70 €	29 412,05 €	1 601 723,96 €	15 048 349,84 €	€	€	2 168 645,73 €	85 598 349,08 €	342 783 580,16 €
PASSIVO									
Passivo não corrente									
Fornecedores	2 486 161,31 €								2 486 161,31 €
Financiamentos obtidos	9 680 505,13 €								9 680 620,13 €
Fornecedores de investimentos									€
Responsabilidades por benefícios por emprego	€								€
Diferimentos	€	1 620 440,49 €							1 620 440,49 €
Passivos por impostos diferidos									€
Fornecedores									€
Outras contas a pagar							2 738,99 €	15 424,43 €	18 163,42 €
Passivo corrente									
Devedores por empréstimos e subsídios não reembolsáveis concedidos								43 063,63 €	43 063,63 €
Fornecedores	3 620 577,73 €							18 920,05 €	3 620 240,58 €
Antecipamentos de clientes, contribuintes e utentes	528 358,47 €								528 358,47 €
Estatos e outros entes públicos	535 712,96 €								535 712,96 €
Acionistas/sócios/associados									€
Financiamentos obtidos	3 291 891,95 €							238 020,83 €	3 073 862,06 €
Fornecedores de investimentos	479 470,34 €								479 470,34 €
Outras contas a pagar	9 530 021,07 €							151 046,54 €	9 479 584,53 €
Diferimentos	53 571 538,69 €		3 240 880,87 €					85 598 349,08 €	11 014 070,60 €
Passivos financeiros devidos para negociação									€
Outros passivos financeiros									€
Total do Passivo	121 512 748,85 €	4 861 321,46 €	€	€	€	€	2 738,99 €	85 892 016,38 €	42 844 792,72 €
Total do Património Líquido e Passivo	389 876 115,30 €	4 831 908,41 €	1 601 723,96 €	15 048 349,84 €	€	€	2 165 910,74 €	293 087,32 €	385 378 372,84 €

Com referência às operações do quadro acima, importa referir:

1. Considerando o disposto na Portaria 189/2016 de 14 de julho e as instruções da CNC pela FAQ 44, procedemos à revisão das vidas úteis dos edifícios e outras construções no sentido de que tais ativos se encontrem de acordo com a vida útil estabelecida pelo Classificador Complementar. O efeito destas correções materializou-se no acréscimo de depreciações acumuladas nos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, com correspondência na rubrica de resultados transitados.
2. Na sequência da revisão das vidas úteis dos edifícios e outras construções, nos casos de se verificar a existência de subsídios ao investimento, os mesmos foram ajustados em conformidade, movimentando rubricas do capital próprio.
3. As duas situações anteriores justificam os movimentos apresentados na coluna 5 do mapa (critério de mensuração).
4. As restantes situações referem-se a reclassificações entre contas (coluna 9 do mapa), designadamente a transferência de ativos fixos tangíveis e investimentos financeiros provenientes do POCAL para propriedades de investimento, a reclassificação dos subsídios ao investimento provenientes de passivo em POCAL para capital próprio e a reclassificação de outras contas a receber e a pagar provenientes do POCAL para a rubrica de "Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados".
5. Foi reconhecido o valor remanescente da conceção da EDP no montante de 4.861.326,46 € dividido entre corrente realizável a 12 meses e não corrente realizável a mais de um ano.

As operações acima mencionadas correspondem apenas às entidades Município de Viseu e SMAS Viseu.

(c) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período;

Não aplicável

(d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o ponto 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP);

Não aplicável

(e) Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável);

Ver quadro 0 acima

(f) Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são (não são) as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo Município de Viseu de acordo com as NCP.

1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade Consolidante, período de relato

(a) Identificação da entidade consolidante

Designação	Município de Viseu
Nº Identificação Fiscal	506 697 320
Endereço	Praça da República 3514-501 Viseu
Regime Financeiro	Autonomia Financeira

(b) Legislação

- o Lei nº75/2013, de 12 de setembro
- o Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
- o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)
- o Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro
- o A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), estabelece regime administrativo de ação dos serviços municipalizados, em que se inclui o SMAS de Viseu.

Estrutura Organizacional da entidade Consolidante

O modelo de estrutura orgânica do Município foi aprovado em sessão ordinária, realizada no dia 29 de setembro de 2020, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na Reunião Ordinária do dia 17 de setembro de 2020, com publicação do Despacho n.º 10199/5252 feita no Diário da República 2ª Série, n.º 206, de 5 de outubro de 2020. No Anexo 2 encontra-se o modelo de estrutura orgânica.

As empresas Municipais assentam em estrutura definida aquando da criação das próprias entidades, estando suportadas num Órgão de gestão (Administração ou Direção), órgão de Fiscalização e Assembleia-geral.

Órgão executivo da entidade consolidante

Os membros pertencentes ao órgão “Câmara Municipal” e com responsabilidade são os seguintes:

Quadro 1 - Membros do órgão executivo

Nome	Cargo	Período de responsabilidade
António Joaquim Almeida Henriques	Presidente da Câmara	01-01-2020 a 31-12-2020
João Paulo Lopes Gouveia	Vereador	01-01-2020 a 31-12-2020
Cristina Maria Ramos Braz de Almeida Brazete	Vereadora	01-01-2020 a 31-12-2020
Maria da Conceição Rodrigues Azevedo	Vereadora	01-01-2020 a 31-12-2020
	Vice-Presidente da Câmara	01-01-2020 a 31-12-2020
Ermelinda Maria Paiva Afonso	Vereadora	19-02-2020 a 31-12-2020
Jorge Miguel Meleiro Sobrado	Vereador	01-01-2020 a 31-12-2020

Organização contabilística

Sistema Informático	<p><u>Município e SMAS Viseu</u>: Para a contabilidade é utilizado o sistema informático SNC fornecido pela AIRC, com ligação a esta aplicação utilizam-se outras nomeadamente: Gestão de Tesouraria, Gestão de Stocks, Taxas e Licenças, Sistema de Normalização do Património, gestão de faturação, Sistema de Execuções fiscais.</p> <p>O Sistema Informático permite dar cumprimento à adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro;</p> <p><u>Empresas Municipais</u>: (Habisolvis, Viseu Novo, Viseu Pólis, Viseu marca e Municipia); adoção do sistema de Normalização Contabilística e sistema de Normalização contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo,</p>
---------------------	--

assente em sistema informático de modo a cumprir a legislação de relato vigente;

(c) Código da classificação orgânica

5.131322

(d) Tutela

Ministério de Estado, Ministério das Finanças e Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública.

(e) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável

A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro dos municípios (Lei das Finanças Locais). O n.º 1 do artigo 6º do mesmo diploma determina que o Município de Viseu tem património próprio, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. O n.º 2 do artigo 6º do referido diploma determina os poderes dos órgãos do Município. Os n.º 1 e 2 do artigo 3º do mesmo diploma estabelecem ainda que o Município de Viseu está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, enquanto o equilíbrio horizontal pretende promover a correção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 19,5% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objetivos de minimização de custos diretos e indiretos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

De acordo com o disposto no art.º 52 da Lei das Finanças Locais atualmente em vigor, a dívida total dos Municípios não pode ultrapassar a 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante em excesso. Caso cumpram o limite, este só pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económica financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Sistema de Normalização Contabilista para a Administração Pública (SNC-AP), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos ativos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reportam à Assembleia Municipal.

Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea a), do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade do Município.

O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, tendo como objetivo principal da sua atividade a melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), estabelece regime administrativo de ação das empresas municipais e dos SMAS de Viseu.

Os SMAS de Viseu e as empresas municipais são geridos de forma empresarial, visando satisfazer as necessidades coletivas das populações, dispondo de organização autónoma no âmbito da administração municipal, tendo como áreas de intervenção o abastecimento público de água e o saneamento de águas residuais urbanas, nos termos dos artigos 9º e 10º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, para os SMAS, a reabilitação Urbana para A Viseu Novo SRU, a gestão da habitação social para a Habisolvis, a gestão da feira de S. Mateus e outras feiras para a Viseu Marca, a gestão de obra no âmbito do programa Polis, para a Viseupolis, que ainda não foi objeto de liquidação e partilha.

O SMAS de Viseu estão ainda sujeitos à aplicação do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual.

Nos termos do n.º 1 do artigo 6º do RFALEI o SMAS de Viseu tem património próprio cuja gestão compete aos respetivos órgãos. Estabelecem ainda os n.º 1 e 2 do artigo 3º do mesmo diploma que o SMAS de Viseu está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

(f) Designação e sede da entidade que controla final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

A entidade controladora final é o Município de Viseu, sendo que este elabora as suas contas consolidadas que podem ser obtidas junto dos serviços financeiros do município.

(g) Designação e sede da entidade que controla intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas

Não aplicável

i. Caso as demonstrações financeiras anuais sejam apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano indicar:

Período abrangido pelas demonstrações financeiras;

Não aplicável.

(ii) Razão para usar um período diferente do anual; e

Não aplicável.

(iii) Indicação de não serem inteiramente comparáveis as quantias das demonstrações financeiras do período anterior.

Não aplicável.

b. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

i. Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de

setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade).

- ii. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Não aplicável.

- iii. Quando a apresentação ou classificação de itens nas demonstrações financeiras for alterada, as quantias comparativas devem ser reclassificadas, a menos que a reclassificação seja impraticável. Quando as quantias comparativas forem reclassificadas, uma entidade deve divulgar:

- (i) A natureza da reclassificação;
- (ii) A quantia de cada item ou classe de itens que é reclassificado; e
- (iii) A razão da reclassificação.
- (iv) Quando for impraticável reclassificar quantias comparativas, uma entidade deve divulgar:

i. A razão para não reclassificar as quantias;

ii. A natureza dos ajustamentos que teriam sido feitos se as quantias tivessem sido reclassificadas.

Por se tratar do primeiro ano de apresentação de Demonstrações Financeiras (DF's) de acordo com o normativo SNC-AP, foram efetuadas todas as alterações necessárias relativas a reconhecimento e mensuração de modo que os saldos iniciais em SNC-AP sejam consistentes com o respetivo regime contabilístico, pelo que o quadro 0 apresentado na nota 0, demonstra as correspondentes alterações.

- iv. Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Fazer referência ao montante do saldo das OT no valor de 2.409.730,95€

- v. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Assembleia Municipal
de
VISEU

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	valores (€)
Caixa	26 750,01 €
Depósitos à ordem	31 876 244,80 €
Depósitos à ordem no Tesouro	
Depósitos bancários à ordem	31 876 244,80 €
Depósitos a prazo	€
Depósitos consignados	2 409 730,95 €
Depósitos de garantias e cações	
Total de caixa e depósitos	34 312 725,76 €

2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a funcional e de apresentação.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Participações financeiras

- MUNICIPAL – Emp. De Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. - a participação financeira está mensurada, no reconhecimento inicial pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta na aplicação do MEP.
- As seguintes entidades: Habisolvis, E.M, VISEUNOVO – SRU – Soc. Reab. Urbana de Viseu S.A e a VISEU MARCA - Associação de Cultura, Eventos e Promoção e VISEUPOLIS – Soc. Des. Prog. PolisViseu S.A. – adotado o método da consolidação integral;
- As entidades BEIRAGÁS – Cª da Gás das Beiras, MATEVISEU, e Clube Académico de Futebol encontram-se ajustadas em função dos capitais próprios das participadas.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC).

Nos termos do referido no preâmbulo à Portaria 189/2016 de 14 de julho, para efeitos e inventário e respetivas vidas úteis, exceto no caso dos edifícios e outras construções, mantiveram-se os critérios definidos pelo CIBE (Portaria 671/2000 de 17 de abril) para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2019.

No caso dos edifícios e outras construções e bens móveis adquiridos em 2020, foram adotadas as vidas úteis previstas pelo CC. Nestes termos, para os imóveis existentes até 31 de dezembro de 2019, nos termos da FAQ 44 da Comissão de Normalização Contabilística para o Setor Pública de 16 de fevereiro de 2021, foram efetuados os cálculos associados à revisão da vida útil dos imóveis em função do tipo de material utilizado na construção, na perspetiva de que a vida útil do bem é a que resulta das disposições do CC desde a data da sua aquisição, tendo para o efeito, ajustado esses montantes na conta 564-Ajustamentos de transição para o SNC-AP.

No que se refere aos ativos intangíveis, as amortizações encontram-se calculadas pelo período de tempo em que se encontra assegurada a utilização exclusiva do ativo. Nos casos em que tal não se verifica, os mesmos são sujeitos anualmente a testes de imparidade.

De notar que, atendendo à especificidade do setor da Administração Local e aos acontecimentos passados em termos de gestão de património, não se considerou, por não existir forma de calcular estimativa fiável, o eventual valor residual dos ativos, razão pela qual se considera ser nulo.

No que se refere às depreciações e amortizações das empresas Municipais, não ocorreu qualquer harmonização das vidas dos respetivos ativos em função do estabelecido pelo Classificador Complementar (CC) uma vez que em grande parte dos bens deverá existir

aproximação de vidas úteis ou, não havendo, no cômputo do global, o efeito é imaterial e sem relevância para o utilizador da informação financeira.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas pelo mesmo valor deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração inicial de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.

Imparidade de Ativos não Depreciáveis

À data de 31-12-2020 foi avaliada a recuperabilidade das dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Para as situações em que se verificou dívida ou para os casos em que se registaram execuções ou estas se encontram em curso, procedeu-se ao registo da respetiva imparidade pelo montante da dívida.

Asssembleia Municipal
de
VISEU

Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal. A eventual existência de descobertos bancários é incluída na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no passivo corrente.

Património/capital

A rubrica de património/capital é resultante dos fundos relativos à constituição da Entidade e devidamente registados aquando da adoção do sistema contabilístico POCAL (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro), assim como da movimentação, por reforço, nos termos da disposição 2.7.3.4 do referido diploma (previa o reforço do património até que o valor contabilístico da conta "51 – Património/capital" corresponda a 20% do ativo líquido.

Reservas, Resultados Transitados, Ajustamentos em ativos financeiros e outras variações no património líquido

Os resultados transitados assentam na soma de resultados acumulados de períodos anteriores não afetos a outras rubricas do património líquido. No que se refere às “Reservas”, estas resultam das aprovações de contas corridas em períodos anteriores, sendo de referir que nos termos da disposição 2.7.3.5 do POCAL, as “Reservas Legais” seriam necessárias pelo valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

As “Outras variações no património líquido” resultam das transferências e subsídios de capital obtidos (ocorrendo imputação a resultados no caso dos ativos depreciables), doações, cauções executadas e transferências de ativos.

Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se reconhecidos pelo justo valor, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades. Após o reconhecimento inicial e, a cada data de relato, todos os passivos financeiros devem figurar pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.

Rédito e regime de acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na norma, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Asssembleia Municipal
de
VISEU

Rendimentos e gastos

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de impanidade.

Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

Resultados do período

Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.

Demonstração dos fluxos de caixa – consideradas as seguintes situações, conforme NCP

1

Atividades de financiamento - atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade.

Atividades de investimento - atividades relacionadas com a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais - as atividades da entidade que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.

Caixa - dinheiro e depósitos à ordem.

Equivalentes de caixa - investimentos a curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor.

Fluxos de caixa - influxos e efluxos de caixa e equivalentes de caixa.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes.

Não aplicável.

2.3 Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

O processo de relato centra-se no cumprimento do normativo SNC-AP, pelo que excetuando as situações que implicam o cálculo de estimativas, foram seguidos os requisitos de mensuração exigidos pelas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que a entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

2.5 Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar:

(a) O título da Norma;

Não Aplicável

(b) Quando aplicável, que a alteração na política contabilística é feita de acordo com as suas disposições transitórias;

Não Aplicável

(c) A natureza da alteração na política contabilística;

Não Aplicável

(d) Quando aplicável, uma descrição das disposições transitórias;

Não Aplicável

(e) Quando aplicável, as disposições transitórias que possam ter um efeito em períodos futuros;

Não Aplicável

(f) Para o período corrente e cada período anterior apresentado, até ao ponto em que seja praticável, a quantia do ajustamento para cada linha afetada das demonstrações financeiras;

Não Aplicável

(g) A quantia do ajustamento relativo a períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto em que seja praticável; e

Não Aplicável

(h) Se a aplicação retrospectiva exigida pelo parágrafo 20 (a) ou (b) da NCP 2 for impraticável para um período anterior em particular, ou para períodos anteriores aos apresentados, as circunstâncias que conduziram à existência dessa condição e uma descrição de como e desde quando a alteração na política contabilística tem sido aplicada.

Não Aplicável

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não aplicável.

2.7 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

(a) Respetivas naturezas e quantias;

Não aplicável.

(b) Situações em que é impraticável estimar a quantia do efeito em períodos futuros.

Não aplicável.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores.

Não aplicável.

(a) Natureza dos erros de períodos anteriores;

(b) Quantia das correspondentes correções para no fim período anterior;

(c) Quantia das correspondentes correções no início do período anterior;

(d) Impraticabilidade de reexpressão retrospectiva para um período anterior em particular. Indicação das circunstâncias que levaram à existência dessa condição e descrição de como e desde quando o erro foi corrigido.

3 — Ativos intangíveis

3.1 — Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

(a) As vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

As vidas úteis foram determinadas tendo em conta a utilização exclusiva dos ativos tal como definido no Classificador Complementar;

(b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis;

Método da linha reta;

(c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período;

Quadro 3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rubricas (1)	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escritura (5) = (2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escritura (9) = (6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	123 874,47 €	- €		123 874,47 €	127 592,72 €	- €		127 592,72 €
Goodwill	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Projetos de desenvolvimento	428 451,94	422 606,07		5 845,87 €	422 609,44 €	421 632,42 €		977,02 €
Programas de computador e sistemas de informação	302 973,23 €	296 469,65 €		6 503,58 €	2 250 458,88 €	2 075 096,35 €		175 362,53 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Outros	- €	- €		- €	- €	- €		- €
Ativos intangíveis em curso	7 260,00 €	- €		7 260,00 €	- €	- €		- €
Adiantamentos Ativos intangíveis	64 199,73 €			64 199,73 €	62 771,10 €			62 771,10 €
Total	926 759,37 €	719 075,72 €	- €	207 683,65 €	2 863 432,14 €	2 496 728,77 €	- €	366 703,37 €

Base da informação: agregação dos valores das entidades Município de Viseu, SMAS Viseu, Habisolvis, E.M., Viseu Novo SRU, Viseu Marca. Viseupolis não apresenta intangíveis e Municipia registado pelo MEP

(d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída;

Demonstração de resultados – linha Gastos/reversões de depreciação e amortização;

(e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando:

- (i) Adições, individualizando as provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente;
- (ii) Aumentos ou diminuições durante o período resultantes de revalorizações;

- (iii) Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante período;
- (iv) Perdas por imparidade revertidas nos resultados durante o período;
- (v) Qualquer amortização reconhecida durante o período;
- (vi) Diferenças cambiais líquidas decorrentes da transposição das demonstrações financeiras para a moeda de apresentação, e da transposição de uma unidade operacional estrangeira para a moeda de apresentação da entidade; e
- (vii) Outras alterações na quantia escriturada durante o período.

Rubricas (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações								Quantia Escritura Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências Internas à Entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões Perdas Por Imparidade (6)	Perdas Por Imparidade (7)	Amortizações do Período (8)	Diferenças Cambiais (9)	Diminuições (10)	
Ativos intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	123 874,47 €		3 718,25 €				- €		- €	127 592,72 €
Goodwill	- €	- €					- €		- €	- €
Projetos de desenvolvimento	5 845,87 €	- €					1 947,31 €			3 898,56 €
Programas de computador e sistemas de informação	6 503,58 €	2 003 324,23					1 783 168,16 €		54 218,66 €	172 440,99 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €					- €		- €	- €
Outros	- €	- €					- €		- €	- €
Ativos intangíveis em curso	7 260,00 €								7 260,00 €	- €
Adiantamentos Ativos intangíveis	64 199,73 €	2 289,62 €	3 718,25 €							62 771,10 €
Total	207 683,65 €	2 005 613,85 €	- €	- €	- €	- €	1 785 115,47 €	- €	61 478,66 €	366 703,37 €

Quadro 3.2.2 – Ativos intangíveis – adições

Rubricas (1)	Adições								Quantia Escritura Final	
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou Troca (5)	Doação, herança ... (6)	Dação em Pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, Cisão ... (9)	Outras (10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Ativos intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										- €
Goodwill										- €
Projetos de desenvolvimento										- €
Programas de computador e sistemas de informação		1 998 779,72 €							4 544,51 €	2 003 324,23 €
Propriedade industrial e intelectual										- €
Outros										- €
Ativos intangíveis em curso										- €
Adiantamentos Ativos Intangíveis		2 289,62 €								2 289,62 €
Total	- €	2 001 069,34 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	4 544,51 €	2 005 613,85 €

Base da informação: agregação dos valores das entidades Município de Viseu, SMAS Viseu, Habisolvis, E.M., Viseu Novo SRU, Viseu Marca. Viseupolis não apresenta intangíveis e Municipia registado pelo MEP.

A informação apresentada assenta na generalidade nos valores provenientes do Município e SMAS, já que não se verificam adições nas empresas Municipais.

Rubricas (1)	Diminuições				Total (6)=(2)+(3)+(4)+(5)
	Alienações a Título Oneroso (2)	Transferência ou Troca (3)	Fusão, Cisão, Reestruturação (4)	Outras (5)	
Ativos intangíveis					
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					- €
Goodwill					- €
Projetos de desenvolvimento					- €
Programas de computador e sistemas de informação				- 54 218,66 €	- 54 218,66 €
Propriedade industrial e intelectual					- €
Outros					- €
Ativos intangíveis em curso				- 7 260,00 €	- 7 260,00 €
Total	- €	- €	- €	- 61 478,66 €	- 61 478,66 €

Informação proveniente dos SMAS. Para as restantes entidades não se verificam decréscimos.

3.2 — Uma entidade deve divulgar também:

- (a) Uma descrição da quantia escriturada e o período de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual que seja material nas demonstrações financeiras da entidade.

Não aplicável.

- (b) Para os ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação e inicialmente reconhecidos pelo justo valor:

- (i) O justo valor inicialmente reconhecido para estes ativos; e
(ii) A sua quantia escriturada.

Não aplicável.

- (c) A existência e as quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

Não aplicável.

- (d) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis.

A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis é de 177.372,49.

(e) Ativos intangíveis mensurados após reconhecimento que tenham sofrido revalorizações nos termos dos dispositivos aplicáveis.

3.3 — Se os ativos intangíveis forem contabilizados por quantias revalorizadas, uma entidade deve divulgar o seguinte:

(a) Por classe de ativos intangíveis:

(i) A data de eficácia da revalorização;

Não Aplicável

(ii) A quantia escriturada de ativos intangíveis revalorizados;

Não Aplicável

(iii) A quantia escriturada que teria sido reconhecida caso a classe revalorizada de ativos intangíveis tivesse sido mensurada após reconhecimento usando o custo de aquisição;

Não Aplicável

(b) O dispositivo legal de suporte;

Não Aplicável

(c) O excedente de revalorização no início e no final do período de relato, indicando as alterações durante o mesmo e quaisquer restrições na distribuição do saldo.

Não Aplicável

3.4 Uma entidade que tenha dispêndios de pesquisa e desenvolvimento deve divulgar a quantia agregada dos dispêndios de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como um gasto durante o período.

Não Aplicável

3.5 Uma entidade deve divulgar ainda a seguinte informação:

(a) Uma descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que esteja ainda em uso;

Segue identificação de bens de ativos intangíveis totalmente amortizados ainda em uso.

Acompanhamento arqueológico do parque stª cristina
Plano pormenor fail/sanguinhado das maçãs
Plano de Pormenor Fail
Estudo - Definição de Conteúdos do Museu Enológico de Várzea de Calde
Estudo - Elaboração de Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica
Revisão do PDM - Elaboração de Relatório Estrutura Ecológica Municipal
Elaboração de Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica
Elaboração de Mapas de Ruído
Estudo de Acessibilidade e Mobilidade para Todos - Plano Municipal de Promoção de Acessibilidade de Viseu
Plano de Pormenor do Monte de Santa Luzia
AUGI
Projecto "Contrato Aldeia" - Várzea de Calde
Projeto de estruturação do sistema viário e pedonal de Viseu
Marcas "Feira de S. Mateus" e "Feira Franca"
Programa processo contra ordenações

Fonte: Município de Viseu

Classe Ativo	Descrição	Quantia Escriturada Bruta
443	Programas de computador e sistemas de informação	195 942,63 €
Quantia escriturada bruta dos ativos fixos intangíveis totalmente amortizados, ainda em uso		195 942,63 €

Fonte: SMAS Viseu

Habisolvis: Programas de computador com valor de aquisição e depreciação acumulada pelo montante de 4.541,46 €;

Restantes entidades: não aplicável

Assembleia Municipal
de
VISEU

(b) Uma breve descrição dos ativos intangíveis significativos controlados pela entidade mas não reconhecidos como ativos porque não satisfizeram os critérios de reconhecimento da respetiva norma.

Não Aplicável

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

4.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

(a) Uma descrição do acordo;

Quadro 4 - Síntese dos Contratos de Concessão

Contrato	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração Energia baixa tensão	EDP	Linhas baixa tensão	20 Anos				
Concessão Exploração parques estac.	Somovepark	Parques estacionamento	30 anos	3 250 000,00 €			
Concessão exploração crematório	Beirazcruz	Crematório Cemitério	30 anos				
Serviço Público de Transportes	Berrelhas, Lda.	Transportes	10 anos	5 783 618,20 €	403 039,60 €	150 474,56 €	3 232 240,55 €

Nas concessões de exploração “EDP”, “Parques estacionamento” e “Crematório” não há qualquer pagamento ao concessionário. O município participa numa percentagem das receitas de cada uma destas atividades.

(b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);

Ver quadro acima

(c) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:

(i) Direitos de usar ativos especificados;

Funicular, veículos elétricos e respetivos carregadores e baterias.

(ii) Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;

Explorar as 20 linhas dos circuitos C1 e C2, explorar o serviço “Demand Responsive Transport”, promover a publicidade.

(iii) Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;

Ver nota com a nota 5 (AFT) que identifica os acréscimos de ativos de concessão em cada período.

(iv) Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços;

Asssembleia Municipal
de
VISEU

Não aplicável

(v) **Opções de reforma e de cessação;**

Não aplicável.

(vi) **Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais); e**

Não aplicável.

(vii) **Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento; e**

Ver c) (i)

(d) Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato.

Não aplicável.

Asssembleia Municipal
de
VISEU

4.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços.

A informação acima descrita respeita as características de cada acordo de concessão em vigor à data das demonstrações financeiras.

5 — Ativos fixos tangíveis

5.1 — Uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

(a) As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta;

A rubrica de AFT (Ativos Fixos Tangíveis) engloba as seguintes situações:

Bens de domínio Público,
património histórico, artístico e
cultural

Terrenos e recursos naturais =
Edifícios e outras construções
Infraestruturas
Património histórico, artístico e cultural
Outros bens de domínio público

Bens próprios

Terrenos e recursos naturais
Edifícios e outras construções
Equipamento básico
Equipamento de transporte
Equipamento administrativo
Equipamentos biológicos
Outros ativos fixos tangíveis

No reconhecimento inicial, de acordo com os parágrafos 18 a 20 da NCP 5, é utilizado o critério do custo (aquisição ou construção). Quando não se conhece o custo (designadamente em transações sem contraprestação), são admitidos o Valor Patrimonial Tributário para os imóveis e o valor de mercado para os restantes ativos, este último também em conformidade com a Estrutura Concetual do SNC-AP.

(b) Os métodos de depreciação usados;

Método da linha reta conforme vidas úteis previstas pelo CC (Classificador Complementar).

(c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Os bens móveis adquiridos até 31 de dezembro de 2019 apresentam a vida útil calculada com base no definido pela Portaria 671/2000 de 17 de abril (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado – CIBE). No caso dos edifícios e outras construções e bens móveis adquiridos em 2020, foram adotadas as vidas úteis previstas pelo CC. Ver nota 2.1 acima.

(d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com as perdas de imparidade acumuladas) no início e no fim do período, e

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas (1)	Início do Período			Quantia Bruta (5) = (2) - (3) - (4)	Final do Período			Quantia Bruta (6) = (5) + (7) + (8)
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)		Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	33 330 684,52 €	- €	- €	33 330 684,52 €	33 330 684,52 €	110 669,99 €	- €	33 441 354,51 €
Edifícios e outras construções	28 182 239,03 €	5 866 639,95 €	- €	22 315 619,08 €	32 669 805,01 €	8 260 826,29 €	- €	40 930 631,30 €
Infraestruturas	229 422 507,07 €	136 037 297,43 €	- €	93 385 209,64 €	254 072 435,51 €	151 694 324,89 €	- €	405 766 760,40 €
Património histórico, artístico e cultural	3 962 910,02 €	455 011,84 €	- €	3 507 898,18 €	435 875,03 €	87 501,03 €	- €	3 991 274,24 €
Outros bens de domínio público em curso	2 700 710,36 €	2 034 149,49 €	- €	666 560,87 €	- €	- €	- €	666 560,87 €
	297 599 071,00 €	144 393 098,71 €	- €	153 205 972,29 €	308 466 302,45 €	160 153 322,20 €	- €	468 619 624,65 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	467 706,39 €	- €	- €	467 706,39 €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	1 689 354,04 €	140 451,28 €	- €	1 829 805,32 €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	2 157 100,43 €	140 451,28 €	- €	2 297 551,71 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	14 313 697,54 €	- €	- €	14 313 697,54 €	17 356 228,81 €	- €	- €	17 356 228,81 €
Edifícios e outras construções	145 321 285,62 €	24 755 073,56 €	- €	120 566 212,06 €	138 580 132,06 €	35 829 568,93 €	- €	156 389 701,05 €
Equipamento básico	13 347 990,32 €	8 981 301,24 €	- €	4 366 689,08 €	16 308 101,96 €	12 149 685,37 €	- €	28 457 787,33 €
Equipamento de transporte	3 024 702,79 €	2 576 926,88 €	- €	447 775,91 €	5 243 790,99 €	4 236 406,36 €	- €	9 480 197,35 €
Equipamento administrativo	11 675 496,73 €	10 125 871,63 €	- €	1 549 625,10 €	6 546 833,98 €	5 687 455,48 €	- €	12 234 289,46 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	4 575 422,95 €	2 931 489,50 €	- €	1 643 933,45 €	3 537 401,63 €	3 067 724,01 €	- €	6 605 125,64 €
Ativos fixos tangíveis em curso	30 586 503,41 €	- €	- €	30 586 503,41 €	27 124 473,03 €	- €	- €	57 710 976,44 €
	227 844 593,88 €	49 370 663,61 €	- €	178 473 930,27 €	219 694 960,46 €	60 970 840,15 €	- €	280 664 770,62 €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	520 443 664,88 €	193 763 762,32 €	- €	326 679 902,56 €	530 318 363,94 €	221 264 633,63 €	- €	751 583 537,57 €

(e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando:

Respostas às alíneas com base nos quadros 5.2, 5.3 e 5.4 no fim da informação sobre as divulgações necessárias

- (i) Adições;
- (ii) Alienações;
- (iii) Aumentos ou diminuições resultantes de extinção, fusão e reestruturação de entidades;
- (iv) Aumentos ou diminuições resultantes de revalorizações e de perdas por imparidade (se existirem) reconhecidas ou revertidas diretamente no património líquido;
- (v) Perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados;

Asssembleia Municipal
de
VISEU

(vi) Depreciação;

(vii) As diferenças de câmbio líquidas que surjam da transposição de demonstrações financeiras da moeda funcional para uma moeda de apresentação diferente, incluindo a transposição de uma unidade operacional estrangeira para a moeda de apresentação da entidade

que relata; e

(viii) Outras alterações.

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Rubricas (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações							Quantia Escriturada Final (11) (2)+(3)+(4)-(5)+(6)+(7)-(8)-(9)+(10)	
		Adições (3)	Transferências Internas à Entidade (4)	Reversões de Perdas Por Imparidade (5)	Reversões de Perdas Por Imparidade (6)	Perdas Por Imparidade (7)	Depreciações do Período (8)	Diferenças Cambiais (9)		Diminuições (10)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terras e recursos naturais	52 663 767,17 €	111 472,50 €	6 700,00 €				2 323,04 €	- €	12 119 608,92 €	40 680 127,71 €
Edifícios e outras construções	22 794 982,47 €	3 737 390,43 €	1 09 864,27 €				738 561,18 €	- €	992 388,54 €	24 971 287,25 €
Infraestruturas	97 577 597,36 €	21 557 822,92 €	712 468,49 €				9 882 192,22 €	- €	2 684 706,62 €	107 771 489,93 €
Património histórico, artístico e cultural	3 511 889,58 €	54 831,04 €	- €				664,24 €	- €	3 213 690,98 €	352 371,50 €
Outros bens de domínio público em curso	466 560,87 €	- €	- €				- €	- €	666 560,87 €	- €
	177 214 808,50 €	25 461 516,89 €	889 032,71 €	- €	- €	- €	10 623 670,68 €	- €	19 686 455,93 €	173 255 776,49 €
Ativos fixos em concessão										
Terras e recursos naturais		467 706,39 €								467 706,39 €
Edifícios e outras construções		1 486 915,48 €					59 077,28 €			1 546 942,76 €
Infraestruturas										- €
Património histórico, artístico e cultural										- €
Ativos fixos em concessão em curso										- €
	- €	1 957 621,87 €	- €	- €	- €	- €	59 077,28 €	- €	- €	2 036 649,15 €
Outros ativos fixos tangíveis										
Terras e recursos naturais	14 313 682,54 €	2 928 405,27 €	- €						328 888,34 €	16 913 209,47 €
Edifícios e outras construções	124 410 975,14 €	2 087 385,92 €	842 656,71 €				2 056 397,21 €		19 670 080,77 €	105 664 539,79 €
Equipamento básico	4 366 688,78 €	1 776 738,01 €	109,33 €				1 179 983,77 €		754 635,26 €	4 913 051,85 €
Equipamento de transporte	437 304,63 €	820 029,44 €	- €				211 038,39 €		40 946,05 €	1 046 330,68 €
Equipamento administrativo	1 727 401,19 €	435 554,57 €	- €				383 942,51 €		682 756,54 €	1 086 256,71 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €						- €	- €
Outros	1 648 463,54 €	384 632,88 €	10 735,51 €				256 691,64 €		488 314,21 €	1 288 826,08 €
Ativos fixos tangíveis em curso	2 549 706,39 €	1 393 471,35 €	863 716,58 €						219 851,56 €	7 059 609,54 €
	348 454 231,65 €	9 775 737,39 €	10 215,09 €	- €	- €	- €	4 038 018,52 €	- €	22 135 472,73 €	133 781 824,07 €
Total	326 689 095,15 €	37 194 856,15 €	878 817,88 €	- €	- €	- €	14 780 689,48 €	- €	41 821 928,66 €	389 053 789,71 €

Assembleia Municipal
de
VISEU

Quadro 5.3 – Ativos fixos tangíveis – adições

Rubricas (1)	Adições										Total (17)=(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou Troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança – (7)	Doação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, Cisão – (10)	Outras (11)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		57 500,00 €		33 732,50 €	20 000,00 €	450,00 €				290,00 €	111 472,50 €
Edifícios e outras construções		- €								3 737 390,43 €	3 737 390,43 €
Infraestruturas		5 035,00 €								21 552 787,52 €	21 552 787,52 €
Património histórico, artístico e cultural		54 831,04 €									54 831,04 €
Outros bens de domínio público em curso										- €	- €
	- €	117 366,04 €	- €	33 732,50 €		450,00 €	- €	- €	- €	25 250 468,35 €	25 461 536,89 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais										467 706,39 €	467 706,39 €
Edifícios e outras construções										1 489 915,48 €	1 489 915,48 €
Infraestruturas										- €	- €
Património histórico, artístico e cultural										- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso										- €	- €
	- €	- €	- €	- €		- €	- €	- €	- €	1 957 621,87 €	1 957 621,87 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	7 613,46 €	722 048,78 €	10 612,50 €	1 613 566,67 €	- €	32 248,13 €				542 315,68 €	2 928 405,22 €
Edifícios e outras construções		29 664,10 €		- €	- €	- €				2 057 721,20 €	2 087 385,30 €
Equipamento básico		1 081 439,34 €		11 732,62 €	- €	- €				633 566,05 €	1 726 738,01 €
Equipamento de transporte		401 242,60 €								418 786,84 €	820 029,44 €
Equipamento administrativo		435 198,77 €								355,80 €	435 554,57 €
Equipamentos biológicos		- €								- €	- €
Outros		144 415,60 €								240 217,28 €	384 632,88 €
Ativos fixos tangíveis em curso		1 393 471,35 €									
	7 613,46 €	4 207 480,54 €	10 612,50 €	1 624 759,29 €		32 248,13 €	- €	- €	- €	3 852 963,47 €	8 382 246,04 €
Total	7 613,46 €	4 324 846,58 €	10 612,50 €	1 629 881,79 €		32 696,13 €	- €	- €	- €	31 141 853,69 €	35 801 384,80 €

Quadro 5.4 – Ativos fixos tangíveis – diminuições

Rubricas (1)	Diminuições					Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
	Alienações a Título Oneroso (2)	Transferência ou Troca (3)	Devolução ou Reversão (4)	Fusão, Cisão, Reestruturação (5)	Outras (6)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais					12 119 608,92 €	12 119 608,92 €
Edifícios e outras construções					992 388,54 €	992 388,54 €
Infraestruturas					2 694 206,62 €	2 694 206,62 €
Património histórico, artístico e cultural					3 213 690,98 €	3 213 690,98 €
Outros bens de domínio público em curso					666 560,87 €	666 560,87 €
	- €	- €	- €	- €	19 686 455,93 €	19 686 455,93 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais					- €	- €
Edifícios e outras construções					- €	- €
Infraestruturas					- €	- €
Património histórico, artístico e cultural					- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso					- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	55 500,00 €				273 388,34 €	328 888,34 €
Edifícios e outras construções					19 620 080,77 €	19 620 080,77 €
Equipamento básico					754 635,26 €	754 635,26 €
Equipamento de transporte					40 946,05 €	40 946,05 €
Equipamento administrativo					682 756,54 €	682 756,54 €
Equipamentos biológicos					- €	- €
Outros					488 314,21 €	488 314,21 €
Ativos fixos tangíveis em curso					219 851,56 €	219 851,56 €
	55 500,00 €	- €	- €	- €	22 079 972,73 €	22 135 472,73 €
Total	55 500,00 €	- €	- €	- €	41 766 428,66 €	41 821 928,66 €



5.2 — Uma entidade deve também divulgar para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

(a) A existência e quantias de restrições de titularidade e os ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos;

Não aplicável

(b) A quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de um ativo fixo tangível no decurso da sua construção;

Não aplicável

(c) A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis; e;

A quantia dos compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis é de 17.895.892,48 €.

(d) Se não for divulgada separadamente na demonstração dos resultados, a quantia da compensação por terceiros relativa a bens do ativo fixo tangível em imparidade, perdidos ou cedidos, que está incluída nos resultados.

Não aplicável

5.3 A entidade deve divulgar a depreciação durante um período, distinguindo a parte reconhecida nos resultados e a parte incluída no custo de outros ativos.

Não aplicável

5.4 — De acordo com a NCP 2, uma entidade divulga a natureza e efeito de qualquer alteração numa estimativa contabilística que tenha efeito material no período corrente, ou que se espera venha a ter em períodos subsequentes. Para ativos fixos tangíveis, tal divulgação pode ocorrer de alterações em estimativas com respeito a:

(a) Valores residuais;

Não aplicável. Considerando a natureza e fins prosseguidos pelo Município, considerou-se que o valor residual dos seus ativos fixos tangíveis é nulo ou não possível de determinar com fiabilidade.

(b) Custos estimados de desmantelamento, remoção ou restauro de ativos fixos tangíveis;

Não aplicável.

Asssembleia Municipal
de
VISEU

(c) **Vidas úteis; e**

Não aplicável. Utilização das vidas úteis, conforme já divulgado, tal como estabelecidas pela Portaria 671/2000 de 17 de abril e Classificador Complementar.

(d) **Método de depreciação.**

Não aplicável. Utilização do método da linha reta. Consistência de método entre o SNC-AP e POCAL.

5.5 — Se os ativos fixos tangíveis forem apresentados por quantias revalorizadas deve ser divulgado:

(a) **A data de eficácia da revalorização;**

Não aplicável

(b) **Dispositivo legal de suporte;**

Não aplicável

(c) **O excedente de revalorização, no início e no final dos períodos de relato, indicando as alterações durante o mesmo e quaisquer restrições na distribuição do seu saldo;**

Não aplicável

(d) **A soma de todos os aumentos dos excedentes de revalorização; e**

Não aplicável

(e) **A soma de todas as reduções dos excedentes de revalorização.**

Não aplicável

5.6 — Quando aplicável, as entidades devem ainda fazer as seguintes divulgações:

(a) **A quantia escriturada de ativos fixos tangíveis temporariamente sem uso;**

Não aplicável

(b) **A quantia escriturada bruta de qualquer ativo fixo tangível totalmente depreciado que ainda esteja em uso; e**

Dos SMAS, é possível retirar a seguinte informação:

Asssembleia Municipal
de
VISEU
Manil

Classe Ativo	Descrição	Quantia Escriturada Bruta
43029	Outras Construções	262.834,34 €
43031	Viadutos, arruamentos e obras complementares	33.908,45 €
43035	Sistemas de drenagem de águas residuais	5.870.943,21 €
43036	Captação e distribuição de água	8.901.633,75 €
43039	Outras Infraestruturas	849.942,00 €
4331	Equipamento Informático e de telecomunicações	170.349,22 €
4332	Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	83.271,44 €
4334	Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	2.549,71 €
4335	Equipamento e material para serviços de alimentação, roupa e lavanderia	72.867,52 €
4336	Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem	2.421,77 €
4337	Equipamento e material de apoio à produção	1.082.893,76 €
4338	Equipamento militar, de segurança e defesa	37.276,27 €
4342	Transportes rodoviários	206.942,82 €
4351	Equipamento informático e de telecomunicações	562.198,87 €
4352	Equipamento para investigação e formação, de medida e de utilização técnica especial	54.997,46 €
4353	Mobiliário de escritório e de arquivo	124.764,59 €
4371	Equipamento de oficina e reparações	36.099,96 €
4372	Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	110.700,95 €
4374	Equipamento para acondicionamento de embalagens	29.531,72 €
Quantia escriturada bruta dos ativos fixos tangíveis totalmente depreciados, ainda em uso		18.496.127,81 €

Relativamente ao município, a listagem é extensa – Ver – Mapas de amortização dos AFT.

- (c) A quantia escriturada de ativos fixos tangíveis retirados de uso ativo e detidos para alienação.

Não aplicável.

[Handwritten signatures]

6 — Locações

Locatários

6.1 — No que se refere a locações financeiras os locatários devem divulgar o seguinte:

- (a) Para cada classe de ativos, a quantia escriturada líquida à data de relato;

Não Aplicável

- (b) Uma reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de relato e o seu valor presente.

Não Aplicável

Assembleia Municipal
de
VISEU

[Handwritten signature]

(c) Além disso, uma entidade deve divulgar o total de futuros pagamentos mínimos da locação futuros à data de relato, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

- (i) Não superior a um ano;
- (ii) Superior a um ano e não superior a cinco anos;
- (iii) Superior a cinco anos.

Não Aplicável

(d) As rendas contingentes reconhecidas como gastos do período;

Não Aplicável

(e) O total dos futuros pagamentos mínimos de sublocação que se espera receber segundo sublocações não canceláveis à data de relato; e

Não Aplicável.

(f) Uma descrição geral dos acordos de locação significativos do locatário, incluindo pelo menos o seguinte:

- (i) Os critérios na base dos quais se determinam as rendas contingentes a pagar;

Não Aplicável

- (ii) A existência e os termos de renovação, ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento; e

Não Aplicável

- (iii) Restrições impostas por acordos de locação, tais como as respeitantes ao retorno dos resultados, retorno de contribuições de capital, dividendos ou distribuições similares, dívida adicional e futuras locações.

Não Aplicável

Asssembleia Municipal
de
VISEU

6.2 — No que se refere a locações operacionais os locatários devem divulgar o seguinte:

(a) O total dos futuros pagamentos mínimos de locação segundo locações operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos:

- (i) Não superior a um ano;

- (ii) Superior a um ano e não superior a cinco anos;
- (iii) Superior a cinco anos;

Quadro 6.2 – Locações operacionais – Locatário

Bens Locados (1)	valor do contrato (2)	Pagamentos efetivos dos acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor Pagamento dos Futuros Pagamentos Mínimos (5) **
		Período		Acumulados		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Predio Urbano (Nacional Her)	2.647.806,84 €	118.689,36 €		1.935.679,68 €				x	593.446,80 €	593.239,9064
Predio Urbano (Suro+Compai)	418.400,00 €	122.400,00 €		183.600,00 €			122.400,00 €		122.400,00 €	122.155,2
Predio Urbano (Universidade Católica)	1.577.674,59 €	154.233,68 €		343.569,35 €				1.079.789,76 €	1.079.789,76 €	1.077.620,18
Predio Urbano (Universidade Católica)	2.013.925,35 €	82.386,20 €		120.882,75 €				1.810.736,40 €	1.810.736,40 €	1.807.114,927
Predio Urbano (Universidade Católica)	1.706.540,40 €	70.372,80 €		87.966,00 €				1.548.201,60 €	1.548.201,60 €	1.545.105,197
Predio Urbano - Sibs	624.750,00 €	63.000,00 €		215.250,00 €				346.500,00 €	346.500,00 €	345.807
Parque estacionamento José Ferreira	56.600,00 €	12.000,00 €		39.600,00 €				5.000,00 €	5.000,00 €	4.990
Predio Urbano - ASS Bomb Voluntarios	323.783,16 €	23.646,16 €		105.444,68 €				204.692,40 €	204.692,40 €	204.283,8132
Armazém Agreiros	32.779,32 €	10.900,00 €		17.224,32 €			4.575,00 €		4.575,00 €	4.565,85
Predio Urbano - Antonio Luis Silva	120.901,65 €	5.145,60 €		90.028,05 €				x	25.728,00 €	25.676,544
Armazenamento Escolar	1.089.264,60 €	52.000,00 €		772.464,68 €				x	264.000,00 €	263.472
Predio Urbano - Fabrica da Igreja de N. S. do Rosário	450.000,00 €	6.000,00 €		- €				444.000,00 €	444.000,00 €	443.112
Feira Sessonal	236.362,25 €	16.885,81 €		209.908,20 €		16.368,24			16.368,24 €	16.335,58352
TOTAL	11.308.728,16 €	721.681,61 €		4.121.608,35 €		16.368,24 €	126.975,00 €	5.438.920,16 €	6.465.438,20 €	645.297,324

x - Considerado o valor do "período dos pagamentos mínimos" = 5 anos

** Considerado o valor da taxa de inflação de dezembro 2020 (-0,25%)

Base da informação: De acordo com o reportado nas contas individuais do Município;

- (b) O total de futuros pagamentos mínimos de sublocação que se espera receber segundo sublocações não canceláveis à data de relato;

Não Aplicável.

- (c) Pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como um gasto do período, separando as quantias relativas a pagamentos mínimos de locação, rendas contingentes e pagamentos de sublocação;

Não Aplicável.

- (d) Uma descrição geral dos acordos de locação significativos do locatário, incluindo pelo menos o seguinte:

- (i) Os critérios na base dos quais se determinam as rendas contingentes a pagar;

Não Aplicável.

Asssembleia Municipal
de
VISEU

- (ii) A existência e os termos de renovação ou de opções de compra e cláusulas de escalonamento; e

Não Aplicável.

- (iii) Restrições impostas por acordos de locação, tais como as respeitantes ao retorno dos resultados, retorno de contribuições de capital, dividendos ou distribuições similares, dívida adicional e futuras locações.

Não Aplicável.

Locadores

6.3 — Quanto a locações financeiras os locadores devem divulgar o seguinte:

- (a) Uma reconciliação entre o investimento total bruto na locação à data de relato e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação a receber na mesma data. Adicionalmente, uma entidade deve divulgar o investimento bruto na locação e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação a receber à data de relato, relativamente a cada um dos seguintes períodos:

- (i) Não superior a um ano;
(ii) Superior a um ano e não superior a cinco anos; e (iii) Superior a cinco anos.

- (b) Rendimento financeiro não obtido;

Não Aplicável.

- (c) Os valores residuais não garantidos que crescem em benefício do locador;

Não Aplicável.

- (d) O ajustamento acumulado de pagamentos mínimos da locação a receber incobráveis;

Não Aplicável.

- (e) As rendas contingentes reconhecidas como rendimentos do período na demonstração dos resultados;

Não Aplicável.

- (f) Uma descrição geral dos acordos de locação significativos do locador.

Não Aplicável.

Assembleia Municipal
de
VISEU

6.4 — Quanto a locações operacionais os locadores devem divulgar o seguinte:

(a) O total dos futuros pagamentos mínimos da locação relativo a locações operacionais não canceláveis, para cada um dos seguintes períodos:

- (i) Não superior a um ano;
- (ii) Superior a um ano e não superior a cinco anos; e
- (iii) Superior a cinco anos.

Quinhentos e Quarenta e Nove
António

Quadro 6.4 – Locações operacionais – Locador

Bens locados (1)	valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos do Locatário (4)				Valor Presente dos Futuros Pagamentos Mínimos (5)**
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos*	Total	
		Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos Mínimos	Rendas contingentes					
Centro Municipal de Transportes	1.281.038,47 €	36.308,55 €		1.063.187,17 €				181.542,75 €	181.542,75 €	181.179,66 €
Mercado 2 de Maio	798.942,68 €	23.668,79 €		656.929,94 €				118.343,95 €	118.343,95 €	118.107,26 €
Lojas e Quiosques - Diversos	862.632,15 €	56.276,77 €		524.971,53 €				281.383,85 €	281.383,85 €	280.821,08 €
Rendas - Edifícios	195.013,45 €	19.544,19 €		77.748,31 €				97.720,95 €	97.720,95 €	97.525,51 €
Rendas - Terrenos (OMTEL e FREG. SILGUEIROS)	134.236,20 €	7.735,38 €		87.823,92 €				38.676,90 €	38.676,90 €	38.599,55 €
Renda Terreno - Parque Eólico Douro Sul	502.663,62 €	50.651,16 €		198.756,66 €				253.255,80 €	253.255,80 €	252.749,29 €
Renda Terreno - Petrolgal - Rotunda Carlos Lopes	97.724,98 €	22.724,98 €		15.000,00 €			60.000,00 €		60.000,00 €	59.880,00 €
Renda Terreno - Petrolgal - E.M. 2 - Repeses	600.000,00 €			465.000,00 €				127.500,00 €	127.500,00 €	127.245,00 €
Renda Terreno - Vodafone	91.388,16 €	5.200,97 €		75.785,25 €				10.401,94 €	10.401,94 €	10.381,14 €
Total	4.563.639,71 €	222.110,79 €	- €	3.165.202,78 €	- €	- €	60.000,00 €	1.108.826,14 €	1.168.826,14 €	1.166.488,49 €

Base da informação: de acordo com as contas individuais do Município;

(b) O total das rendas contingentes reconhecidas como rendimentos do período na demonstração dos resultados; e

Não Aplicável.

Assembleia Municipal
de
VISEU
Nail

(c) Uma descrição geral dos acordos de locação significativos do locador.

Não aplicável.

6.5 — Os requisitos de divulgação para locatários e locadores aplicam-se igualmente às vendas seguidas de locação. Assim, a descrição dos acordos significativos de locação para estes casos implica a divulgação de cláusulas únicas e invulgares do acordo ou dos termos da transação.

7 — Custos de empréstimos obtidos

7.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) A política contabilística adotada para os custos de empréstimos obtidos;

Nos termos do estabelecido pela NCP 7.

(b) A quantia dos custos de empréstimos capitalizada durante o período;

Não Aplicável

(c) A taxa de capitalização usada para determinar a quantia de custos de empréstimos elegíveis para capitalização (quando for necessário aplicar uma taxa média de capitalização a empréstimos obtidos para fins gerais).

Não Aplicável

Como informação genérica, os movimentos consolidados relativos ao endividamento do Município são:

Quadro 7 – Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

Entidade	Data do Contrato	Data de Visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro		Pagamentos de anos anteriores			Pagamentos do ano			Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortizações	Juros	Total	Amortizações	Juros	Total		
Caixa Geral de Depósitos	01 06 21	01 04 17	25	1 645 589,13	1 591 116,90	2,019	0,000	1 195 210,87 €	189 596,56 €	1 384 807,43 €	71 884,78 €	181,90 €	72 066,68 €	467 790,81 €	395 906,03 €
Caixa Geral de Depósitos	01 08 13	—	20	1 013 317,63	1 013 317,63	2,395	0,375	949 644,35 €	134 985,11 €	1 084 629,46 €	63 661,65 €	19,66 €	63 681,31 €	127 334,93 €	63 673,28 €
Caixa Geral de Depósitos	01 08 13	—	20	3 210 079,38	3 210 079,38	4,655	0,375	2 996 629,61 €	787 370,63 €	3 784 000,24 €	213 371,87 €	131,79 €	213 503,66 €	426 821,64 €	213 449,72 €
Caixa Geral de Depósitos	02 06 20	02 05 17	20	228 519,52	205 981,43	1,000	0,550	187 459,18 €	31 396,30 €	218 855,48 €	12 348,17 €	83,14 €	12 431,31 €	30 870,42 €	18 522,25 €
Caixa Geral de Depósitos	02 06 20	02 05 17	20	200 316,99	169 166,67	1,000	0,675	153 954,88 €	22 847,63 €	176 802,51 €	10 141,20 €	96,80 €	10 238,00 €	25 362,99 €	15 211,79 €
Caixa Geral de Depósitos	02 06 20	02 05 17	20	191 431,40	191 431,40	1,000	0,675	174 739,15 €	30 272,86 €	205 012,01 €	11 128,17 €	106,22 €	11 234,39 €	27 820,42 €	16 692,25 €
Caixa Geral de Depósitos	04 12 23	04 12 23	20	501 900,00	501 900,00	1,000	0,000	379 914,77 €	112 871,57 €	492 786,34 €	30 496,30 €	- €	30 496,30 €	152 481,53 €	121 985,23 €
Caixa Geral de Depósitos	07 01 25	07 01 25	20	2 282 296,00	2 282 296,00	4,231	0,000	1 521 530,64 €	277 386,75 €	1 798 917,39 €	126 794,22 €	- €	126 794,22 €	887 569,58 €	760 765,36 €
Instituto de Hab. e Resab. Urbana	93 09 07	92 01 29	26	1 391 607,32	1 391 607,32	11,670	0,420	1 293 307,67 €	413 682,63 €	1 706 990,30 €	65 172,21 €	654,45 €	65 826,66 €	163 471,86 €	98 290,63 €
Instituto de Hab. e Resab. Urbana	14 08 13	14 09 19	30	1 222 281,00	1 222 281,00	3,000	1,840	- €	113 456,77 €	113 456,77 €	- €	21 479,19 €	21 479,19 €	1 222 281,00 €	1 222 281,00 €
Novo Banco	08 12 31	09 04 24	20	8 935 000,00	6 658 064,02	3,311	0,500	3 513 978,20 €	565 492,54 €	4 079 470,74 €	369 892,45 €	17 392,65 €	387 285,10 €	3 513 978,27 €	3 144 089,82 €
Banco Português do Investimento	02 09 20	02 06 27	20	3 400 000,00	3 400 000,00	4,276	0,287	3 022 222,24 €	967 599,92 €	3 989 822,16 €	188 888,88 €	2 032,78 €	190 921,66 €	566 666,64 €	377 777,76 €
Banco Português do Investimento	04 10 20	04 04 07	20	373 419,82	288 093,39	1,000	0,187	228 540,91 €	72 989,49 €	301 530,40 €	14 888,12 €	329,01 €	15 217,13 €	74 440,60 €	59 552,48 €
Banco Português do Investimento	04 10 20	04 04 07	20	496 476,05	395 116,47	1,000	0,187	308 508,15 €	105 794,36 €	414 302,51 €	19 902,08 €	439,82 €	20 341,90 €	99 510,40 €	79 608,32 €
Banco Português do Investimento	04 10 20	04 04 07	20	369 716,00	142 087,82	1,000	0,187	112 716,54 €	31 362,92 €	144 079,46 €	7 342,82 €	162,27 €	7 505,09 €	36 714,10 €	29 371,28 €
Banco Português do Investimento	17 07 06	17 07 06	20	10 000 000,00	589 804,49	0,850	0,850	47 822,05 €	8 387,86 €	56 209,93 €	31 881,32 €	4 890,64 €	36 771,96 €	573 863,76 €	541 982,44 €
Caixa de Crédito Agrícola	20 03 09	20 07 30	20	8 121 871,75	990 419,05	0,000	0,247	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	990 419,05 €
Banco Santander Totta	02 07 22	02 07 22	20	4 424 250,00	4 424 250,00	4,258	0,392	3 932 686,56 €	1 295 763,63 €	5 228 450,19 €	245 791,66 €	3 041,81 €	248 833,47 €	737 375,10 €	491 583,44 €
Banco Santander Totta	02 08 08	02 08 08	20	3 840 000,00	3 840 000,00	4,258	0,417	3 413 333,44 €	1 177 419,34 €	4 590 752,78 €	213 333,34 €	2 789,15 €	216 122,49 €	639 999,90 €	426 666,56 €
Banco Santander Totta	05 04 14	05 11 03	20	811 516,00	773 537,19	1,000	0,181	583 521,82 €	135 544,14 €	720 065,96 €	38 003,10 €	192,32 €	38 195,42 €	228 018,47 €	190 015,37 €
Deixa Crédito Local	05 12 19	07 02 22	20	1 084 643,00	1 084 643,00	3,790	5,000	681 656,00 €	323 835,90 €	1 005 491,90 €	68 329,72 €	10 875,45 €	80 205,17 €	472 316,72 €	402 987,00 €
Instituto Financeiro Desem. Regional	11 12 30	12 06 18	12	807 108,54	629 975,91	3,910	3,910	407 289,87 €	149 526,07 €	556 795,94 €	50 560,48 €	10 074,15 €	60 624,63 €	273 256,52 €	222 706,04 €
Instituto Financeiro Desem. Regional	13 06 26	13 11 13	12	961 333,18	961 333,18	3,910	3,910	386 742,25 €	22 1164,39	607 906,64 €	102 304,28 €	25 174,34 €	127 478,62 €	676 895,21 €	574 590,93 €
Agência Desenvolvimento e Coesão	20 01 10	20 04 30	15	65 920,78	43 947,18	0,085	0,085	- €	- €	- €	- €	- €	18,37 €	- €	43 947,18 €
Agência Desenvolvimento e Coesão	20 01 10	20 04 30	15	96 710,75	32 236,92	0,085	0,085	- €	- €	- €	- €	- €	13,70 €	- €	32 236,96 €
IFRU (Viseu Novo SRU)											6 158,73 €	3 899,18 €	10 057,91 €	219 721,04 €	213 562,31 €
DGT (Viseupolis)														1 334 632,22 €	1 334 632,22 €
Total				55 665 304,24 €	36 822 646,36 €			25 488 349,16 €	7 189 747,39 €	32 658 136,55 €	1 963 285,53 €	104 074,79 €	2 067 344,34 €	12 979 174,13 €	12 082 511,77 €

Asssembleia Municipal
de
VISEU

8 — Propriedades de investimento



Modelo do justo valor e modelo do custo

8.1 — As divulgações seguintes aplicam-se em complemento das previstas na nota 6 — Locações. De acordo com a NCP 6 o titular de uma propriedade de investimento faz as divulgações dos locadores sobre locações que tenha celebrado. Uma entidade que detenha uma propriedade de investimento segundo uma locação financeira ou uma locação operacional faz as divulgações dos locatários para locações financeiras e faz divulgações dos locadores para quaisquer locações operacionais que tenham celebrado.

8.2 — Uma entidade deve divulgar:

- (a) Se aplica o modelo do justo valor ou o modelo do custo;

O Município de Viseu adota o modelo do custo relativamente às suas Propriedades de Investimento.

A empresa Municipal Viseu Novo SRU efetua a divulgação do justo valor das suas propriedades de investimento.

- (b) Se aplica o modelo do justo valor, se, e em que circunstâncias, os interesses em propriedades detidos segundo locações operacionais são classificados e contabilizados como propriedades de investimento;

Não aplicável

- (c) Quando a classificação for difícil, os critérios que usa para distinguir uma propriedade de investimento de uma propriedade ocupada pelo titular e de uma propriedade detida para venda no decurso normal da atividade;

Nos termos da NCP 8, "Propriedade de investimento" é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou ambos, e que não seja para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para Vender no decurso normal das operações.

Propriedade ocupada pelo titular é a propriedade detida (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos.

Nos termos das definições referidas, a classificação em propriedade de investimento resulta sempre do fim principal a que se destina o ativo correspondente, pelo que a existências de rendas não significa que o ativo correspondente tenha esse único fim.

- (d) Os métodos e pressupostos significativos aplicados na determinação do justo valor das propriedades de investimento, incluindo uma declaração sobre se a determinação do justo valor foi suportada por evidência do mercado ou se foi mais

baseada em outros fatores (que a entidade deve divulgar) devido à natureza da propriedade e à falta de dados comparáveis de mercado;

Não aplicável

(e) A extensão até à qual o justo valor das propriedades de investimento (como mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras) se baseia numa avaliação feita por um avaliador independente com uma qualificação profissional reconhecida e relevante e com experiência recente na localização e categoria das propriedades de investimento que estão a ser avaliadas. Se tal avaliação não tiver sido feita, esse facto deve ser divulgado;

O Município não procedeu, para efeitos de determinação do justo valor, à avaliação das suas propriedades de investimento

(f) As quantias incluídas na demonstração dos resultados quanto a:

(i) Propriedade de investimento que não geraram rendimento de rendas durante o período;

Quadro 8.1A – Propriedades de Investimento – modelo do justo valor

Rubricas (1)	Quantia escritura inicial (2)	Variações (modelo do justo valor)						Quantia escriturada final (9)	Gastos do exercício (10)	Rendimentos do exercício	
		Adições (3)	Transferências internamente à entidade (4)	Ganhos de justo valor (5)	Perdas de justo valor (6)	Diferenças cambiais (7)	Diminuições (8)			Rendas (11)	Outros (12)
Propriedades de investimento											
Bens de domínio público								- €			
Terrenos e recursos naturais								- €			
Edifícios e outras construções	664 591,11 €						- 10 829,18 €	653 761,93 €	10 829,18 €	25 679,72 €	
Outras propriedades de investimento								- €			
Propriedades de investimento em curso								- €			
Total	664 591,11 €	- €	- €	- €	- €	- €	- 10 829,18 €	653 761,93 €	10 829,18 €	25 679,72 €	- €

(ii) A existência e quantia de restrições sobre o grau de realização das propriedades de investimento ou sobre a remessa de rendimento e de recebimentos de alienações; e

Não aplicável

(iii) Obrigações contratuais para comprar, construir ou desenvolver propriedades de investimento ou para fazer reparações, manutenção ou melhorias.

Não aplicável

Modelo do justo valor

8.3 — Além das divulgações exigidas anteriormente, uma entidade que aplique o modelo do justo valor deve também divulgar uma reconciliação da quantia escriturada das propriedades de investimento no início e no fim do período, mostrando o que se segue:

Não aplicável

- (a) Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um ativo;
- (b) Adições resultantes de aquisições por meio de concentrações da entidade;
- (c) Alienações;
- (d) Ganhos ou perdas líquidas provenientes do justo valor;
- (e) As diferenças cambiais líquidas que surjam da transposição de demonstrações financeiras para uma moeda de apresentação diferente, e da transposição de uma unidade operacional estrangeira para a moeda de apresentação da entidade que relata;
- (f) Transferências para e de inventários e propriedade ocupada pelo titular; e
- (g) Outras alterações.

8.4 Quando uma avaliação obtida for ajustada significativamente para efeito das demonstrações financeiras, por exemplo para evitar dupla contagem de ativos ou passivos que são reconhecidos como ativos e passivos separados, a entidade deve divulgar uma reconciliação entre a avaliação obtida e a avaliação ajustada incluída nas demonstrações financeiras, mostrando separadamente a quantia agregada de quaisquer obrigações de locação que tenham sido acrescentadas, e quaisquer outros ajustamentos significativos.

Não aplicável

8.5 Nos casos excepcionais em que não seja possível mensurar o justo valor com fiabilidade, uma propriedade de investimento é mensurada usando o modelo do custo, a reconciliação exigida na nota 8.3 deve divulgar as quantias relativas a essas propriedades de investimento separadamente de quantias relativas a outras propriedades de investimento. Além disso, uma entidade deve divulgar:

Não aplicável

- (a) Uma descrição das propriedades de investimento;
- (b) Uma explicação sobre o facto de o justo valor não poder ser mensurado com fiabilidade;

(c) Se possível, o intervalo de estimativas dentro do qual seja provável que fique o justo valor; e

(d) Sobre a alienação de propriedade de investimento não registada pelo justo valor:

(i) O facto de a entidade ter alienado propriedades de investimento não registadas pelo justo valor;

(ii) A quantia escriturada dessas propriedades de investimento à data da venda; e

(iii) A quantia de ganho ou perda reconhecido.

Modelo do custo

8.6 — Além das divulgações exigidas pela nota 8.2, uma entidade que aplique o modelo do custo deve também divulgar:

(a) Os métodos de depreciação usados;

Método da linha reta;

(b) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

Vidas úteis conforme definido pelo Classificador Complementar;

(c) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas de imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

Quadro 8.2A – Propriedades de Investimento – modelo do custo

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final (10)	Gastos do exercício (11)	Rendimentos do exercício	
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Depreciações do período (5)	Perdas por imparidade (6)	Reversões de perdas por imparidade (7)	Diferença cambial (8)	Diminuições (9)			Rendas (12)	Outros (13)
Propriedades de investimento												
Bens de domínio público									- €			
Terrenos e recursos naturais	9 729 960,92 €	282 181,73 €							10 012 142,65 €			
Edifícios e outras construções	1 048 706,40 €	841 170,35 €							1 889 876,75 €			
Outras propriedades de investimento									- €			
Propriedades de investimento em curso									- €			
Total	10 778 667,32 €	1 123 352,08 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	11 902 019,40 €	- €	- €	- €

Quadro 8.2B – Propriedades de Investimento – modelo do custo – adições

Rubricas (1)	Adições (modelo do custo)									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança ...	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)
Propriedades de investimento										
Bens de domínio público										- €
Terrenos e recursos naturais									282 181,73 €	282 181,73 €
Edifícios e outras construções									841 170,35 €	841 170,35 €
Outras propriedades de investimento										- €
Propriedades de investimento em curso										- €
Total	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 123 352,08 €	1 123 352,08 €



(d) Uma reconciliação da quantia escriturada das propriedades de investimento no início e no fim do período mostrando o que se segue:

Justificação às questões subsequentes com Quadro 8.2A e 8.2B.

- (i) Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido como um ativo;
- (ii) Adições resultantes de aquisições por meio de concentrações da entidade;
- (iii) Alienações;
- (iv) Depreciação;
- (v) A quantia de perdas por imparidade reconhecidas, e a quantia de perdas por imparidade revertidas, durante o período;
- (vi) As diferenças cambiais líquidas que surjam da transposição de demonstrações financeiras para uma moeda de apresentação diferente, e da transposição de uma unidade operacional estrangeira para a moeda de apresentação da entidade que relata;
- (vii) Transferências para e de inventários e propriedade ocupada pelo proprietário; e
- (viii) Outras alterações; e

Quadro 8.2A, 8.2B

(e) O justo valor de propriedades de investimento. Nos casos excecionais em que uma entidade não possa determinar o justo valor da propriedade de investimento com fiabilidade, deve divulgar:

- (i) Uma descrição das propriedades de investimento;

Ver mapa 8.2A, 8.2B

- (ii) Uma explicação sobre o facto de o justo valor não poder ser determinado com fiabilidade;

O JV não foi determinado com fiabilidade pelo facto de não se ter recorrido a avaliação de perito devidamente credenciado.

- (iii) Se possível, o intervalo de estimativas dentro do qual é altamente provável que fique o justo valor.

Fruto das respostas às questões anteriores, não se mostrou possível apresentar um intervalo de valores entre os quais se mostre possível que se encontre o valor das PI registados ao custo.

9 — Imparidade de ativos

Divulgações gerais

9.1 — Uma entidade deve divulgar os critérios por si desenvolvidos para distinguir ativos não geradores de caixa de ativos geradores de caixa.

Os ativos geradores de caixa são detidos com o objetivo principal de gerar retorno económico, situação que se verifica quando o ativo é usado de forma consistente com a adotada por uma entidade comercial.

A generalidade dos ativos do Município é não gerador de caixa, verificando-se casos em que um ativo poderá gerar fluxos de caixa, embora seja principalmente detido para prestar um serviço.

Por norma, um ativo é classificado como gerador de caixa desde que tal ativo seja utilizado com objetivo de gerar retorno económico através do fornecimento de bens e/ou serviços a terceiros.

Nos termos da NCP 9, esta nota não se aplica a "Inventários", "Contratos de Construção", "Ativos Financeiros – no âmbito da NCP 18 – Instrumentos Financeiros", "Propriedades de Investimento ao Justo Valor", "Ativos Fixos tangíveis e Ativos intangíveis" mensurados por quantias revalorizadas, "Goodwill", "Ativos Biológicos" mensurados ao justo valor menos custos de venda e "Outros Ativos" cujos requisitos contabilísticos de imparidade se encontrem previstos noutras NCP.

Deste modo, as divulgações desta nota estarão relacionadas com Ativos Fixos Tangíveis, Ativos intangíveis e Propriedades de Investimento, todos mensurados ao custo.

Divulgações específicas — Ativos não geradores de caixa

9.2 — Uma entidade deve divulgar o seguinte por cada perda por imparidade material reconhecida ou revertida durante o período:

- (a) Os acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão da perda por imparidade.

Para avaliar se existe algum indício de que um ativo possa estar em imparidade, o Município considera as seguintes situações:

i) Fontes externas de informação

- (a) Cessação, ou cessa o eminente, da procura ou da necessidade dos serviços proporcionados pelo ativo;



(b) Ocorreram durante o período, ou ocorrerão no futuro próximo, alterações significativas de longo prazo com um efeito adverso na entidade, no ambiente tecnológico em que a entidade opera, na legislação ou na política governamental;

ii) — Fonte internas de informação

(a) Evidência de obsolescência ou danos físicos no ativo;

(b) Ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorrerão no futuro próximo, alterações significativas de longo prazo com efeitos adversos na entidade, na extensão ou na forma em que um ativo é usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem o ativo tornar-se inútil, existir um plano para descontinuar ou reestruturar as operações a que o ativo pertença, ou um plano para alienar um ativo antes da data previamente esperada, e a reavaliação da vida útil de um ativo;

(c) Uma decisão para suspender a construção do ativo antes de estar concluído ou em condições de ser utilizado; e

(d) Evidência indicando que o desempenho de serviço de um ativo está a ser, ou será, significativamente pior do que esperado.

Nos termos da NCP 9, a procura ou a necessidade de serviços pode variar no tempo, o que afetará a extensão em que os ativos não geradores de caixa são utilizados ao proporcionar esses serviços, mas variações negativas na procura não são necessariamente indícios de imparidade. Quando a procura de serviços cessa, ou está prestes a cessar, os ativos utilizados para proporcionar esses serviços podem estar em imparidade. A procura pode ser considerada como estando prestes a cessar quando é de tal forma baixa que a entidade ou não tentou responder a essa procura, ou respondendo não teria adquirido o ativo que está a ser considerado para teste de imparidade. Podem também ocorrer situações em que o fim de um serviço implica que os ativos sejam considerados na prestação de outros serviços.

Note-se que com a descentralização de competências e a assunção de serviços por parte do Município, verifica-se maior concentração de serviços que cada vez absorvem maiores recursos humanos e financeiros.

Assim, nestes termos do acima explicitado, não se verificam indícios de que, à data de relato, se verifique a existência de indícios de imparidade sobre os ativos do Município.

(b) A quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida.

Não Aplicável.

(c) A natureza do ativo.

Não Aplicável.

(d) O segmento a que o ativo pertence se a entidade relatar a informação por segmentos de acordo com a NCP 25.

Não Aplicável.

(e) Se a quantia recuperável de serviço do ativo é o seu justo valor menos custos de vender ou o seu valor de uso.

Não Aplicável.

(f) Se a quantia recuperável de serviço for o justo valor menos custos de vender, a base usada para determinar o justo valor menos custos de vender (tal como se o justo valor foi determinado por referência a um mercado ativo).

Não Aplicável.

(g) Se a quantia recuperável de serviço for o valor de uso, a abordagem usada para determinar o valor de uso.

Não Aplicável.

9.3 — Uma entidade deve divulgar a informação que se segue para o total de perdas por imparidade e o total de reversões de perdas por imparidade reconhecidas durante o período para as quais nenhuma informação esteja divulgada:

(a) As principais classes de ativos afetados por perdas por imparidade (e as principais classes de ativos afetados por reversões de perdas por imparidade).

Não Aplicável.

(b) Os principais acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento das perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade.

Não Aplicável.

9.4 — Uma entidade deve divulgar os principais pressupostos usados para determinar a quantia recuperável de serviço de ativos durante o período.

Não Aplicável.

Divulgações específicas — Ativos geradores de caixa

9.5 — Uma entidade deve divulgar o seguinte por cada perda por imparidade material reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual gerador de caixa ou uma unidade geradora de caixa:



- (a) Os acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento ou reversão da perda por imparidade.

Foram considerados os mesmos critérios que os divulgados para os ativos não geradores de caixa, conforme explicitado na nota 9.2 a) acima.

- (b) A quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida.

Ver Quadro 9

- (c) Relativamente a um ativo gerador de caixa:

- (i) A natureza do ativo; e

Não Aplicável.

- (ii) Se a entidade relata informação por segmentos de acordo com a NCP 25, o segmento relatado a que o ativo pertence, com base no formato de relato da entidade.

Não Aplicável.

- (d) Relativamente a uma unidade geradora de caixa:

- (i) Uma descrição da unidade geradora de caixa (por exemplo, se é uma linha de produtos, uma instalação, uma operação comercial, uma área geográfica ou um segmento relatado);

Não Aplicável.

- (ii) A quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida por classe de ativos e, se a entidade relatar informação por segmentos de acordo com a NCP 25, por segmento relatado com base no formato de relato da entidade; e

Não Aplicável.

- (iii) Se a agregação de ativos para identificar a unidade geradora de caixa se alterou desde a estimativa anterior da quantia recuperável (se a houver) da unidade geradora de caixa, uma descrição da forma corrente e anterior de agregar ativos e as razões para alterar essa forma de identificação da unidade geradora de caixa.

Não Aplicável.

- (e) Se a quantia recuperável do ativo é o justo valor menos custos de vender ou o seu valor de uso;



Não Aplicável.

(f) Se a quantia recuperável do ativo for o justo valor menos custos de vender, a base usada para determinar esse valor (por exemplo, se o justo valor foi determinado com referência a um mercado ativo); e

Não Aplicável.

(g) Se a quantia recuperável for o valor de uso, as taxas de desconto usadas na estimativa corrente e anterior (se houver) do valor de uso.

Não Aplicável.

9.6 — Uma entidade deve divulgar a seguinte informação para as perdas por imparidade agregadas e as reversões agregadas de perdas por imparidade reconhecidas durante o período para o qual nenhuma informação é divulgada de acordo com a nota anterior:

(a) As principais classes de ativos afetados por perdas por imparidade e as principais classes de ativos afetados por reversões de perdas por imparidade; e

Não Aplicável.

(b) Os principais acontecimentos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento destas perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade.

Não Aplicável.

9.7 — Uma entidade deve divulgar os principais pressupostos usados para determinar a quantia recuperável de ativos durante o período.

Não Aplicável.

10 — Inventários

10.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, incluindo a(s) fórmula(s) de custeio usada(s);

A mensuração inicial de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.



(b) A quantia total registada de inventários e a quantia escriturada por classificações apropriadas à entidade;

Quadro 10.1 – Inventários

Rubrica (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade Acumulada (3)	Quantia Recuperável (4) = (2)-(3)
Mercadorias	445 894,13 €		445 894,13 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	888 109,27 €		888 109,27 €
Produtos acabados e intermédios	4 209,61 €		4 209,61 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			- €
Produtos e trabalhos em curso			- €
Total	1 338 213,01 €	- €	1 338 213,01 €

(c) A quantia de inventários registada pelo justo valor menos custos de vender;

Não aplicável

(d) A quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período;

Quadro 10.2 – Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Var. Inv. Produção	Perdas por imparidade	Reversões Perdas por Imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)+(-)(4)-(5)-(6)+(7)+(8)
Mercadorias	445 664,16	127 439,00	123 197,30				4 011,73 €		445 894,13 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	856 278,01	1 175 410,11	1 122 446,75				25 483,63 €	4 351,53 €	888 109,27 €
Produtos acabados e intermédios									- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									- €
Produtos e trabalhos em curso	7 086,24 €			2 876,63 €					4 209,61 €
									- €
Total	1 309 028,41 €	1 302 849,11 €	1 245 644,05 €	2 876,63 €	- €	- €	29 495,36 €	4 351,53 €	1 338 213,01 €

(e) A quantia de qualquer redução de inventários reconhecida como um gasto do período;

Ver quadro 10.2 acima

(f) A quantia da reversão de qualquer redução que seja reconhecida na demonstração dos resultados do período;

Não aplicável.

(g) As circunstâncias ou acontecimentos que levaram à reversão de uma redução de inventários;

Não aplicável.

(h) A quantia escriturada de inventários dados como penhor de garantia a passivos.

Não aplicável.

11 — Agricultura

Não aplicável.

12 — Contratos de construção

Não aplicável.

13 — Rendimento de transações com contraprestação

13.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviços;

O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos ou a receber pela entidade de sua própria conta. As quantias recebidas na qualidade de agente ou em representação de outras entidades (como, por exemplo, a cobrança de rendas de imóveis do Estado feita pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças para entregar ao Estado), não são benefícios económicos ou potencial de serviço que fluam para a entidade e não resultam em aumentos de ativos ou diminuições de passivos e, por isso, são excluídos do rendimento. De forma similar, num relacionamento como agente, os influxos brutos de benefícios económicos ou de potencial de serviço incluem quantias recebidas pelo agente a favor de terceiros que não resultam em aumentos do património líquido para a entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros não são rendimento. Pelo contrário, o rendimento é apenas a quantia da comissão recebida ou a receber relativa à cobrança ou detenção dos fluxos brutos.

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber. Porém, quando o influxo de caixa ou de equivalentes de caixa for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal de caixa recebida ou a receber. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços puder ser estimado com fiabilidade, o rendimento associado à transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato. O desfecho de uma transação pode ser estimado com fiabilidade quando estiverem satisfeitas todas as seguintes condições:

- (i) A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- (ii) É provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade;
- (iii) A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- e
- (iv) Os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O reconhecimento do rendimento com referência à fase de acabamento de uma transação é referido como o método da percentagem de acabamento.

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- (i) A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- (ii) A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- (iii) A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para a entidade; e
- (v) Os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, é reconhecido quando:

- (i) For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;

(ii) A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares é reconhecido usando os seguintes tratamentos contabilísticos:

(i) Os juros devem ser reconhecidos numa base proporcional ao tempo do rendimento real do ativo;

(ii) Os royalties devem ser reconhecidos à medida que são obtidos de acordo com a substância dos acordos relevantes;

e

(iii) Os dividendos ou distribuições similares devem ser reconhecidos quando o direito do acionista ou da entidade de os receber for estabelecido.

De notar que o Município aprova anualmente a tabela de taxas que suporta a cobrança de receita própria relacionada com vendas e prestações de serviços, encontrando-se a mesma publicada no portal do Município.

(b) A quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período incluindo o rendimento proveniente de:

- (i) **Prestações de serviços:**
- (ii) **Venda de bens:**
- (iii) **Juro:**
- (iv) **Royalties: Não Aplicável;**
- (v) **Dividendos ou distribuições similares;**

Ver quadro abaixo

Quadro 13 – Rendimentos com contraprestação

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Vendas					
Mercadorias	505 381,65 €				
Produtos acabados e intermédios	4 642 829,21 €				
Subprodutos	13 729,30 €				
Prestação de Serviços					
Resíduos Sólidos	1 921 170,99 €				
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	121 083,78 €				
Trabalhos por conta de particulares	4 159,38 €				
Cemitérios	55 636,00 €				
Mercados e Feiras	24 202,99 €				
Parques de estacionamento	76 901,79 €				
Serviços sociais	406 560,06 €				
Serviços recreativos	129,27 €				
Serviços culturais	2 657,22 €				
Serviços Desportivos	129 300,64 €				
Outros específicos das autarquias	52 537,15 €				
Concessões	3 374 059,71 €				
Outros Serviços	5 700,08 €				
Saneamento	5 246 920,08 €				
Outros	4 731 877,87 €				
Rendas Habitação social	265 064,26 €				
Alienações					
Ativos fixos tangíveis	58 850,00 €				
Rendas em propriedades de investimento	209 668,14 €				
Correções de períodos anteriores	255 760,96 €				
Juros obtidos	20 772,27 €				
Total	22 124 952,80 €				

(c) A quantia de rendimento proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento.

Quando existem bens ou serviços que são trocados por bens ou serviços de natureza e valor semelhante, a troca não é considerada como uma transação que gera rendimento.

Quando os bens são vendidos ou os serviços prestados por troca de bens ou serviços de natureza e valor dissemelhantes, a troca é considerada como uma transação que gera rendimento.

O rendimento é mensurado pelo justo valor dos bens ou serviços recebidos, ajustado pela quantia transferida de caixa ou seus equivalentes. Quando o justo valor dos bens ou serviços recebidos não puder ser mensurado com fiabilidade, o rendimento é mensurado pelo justo valor dos bens ou serviços cedidos, ajustado pela quantia transferida de caixa ou seus equivalentes.

No exercício não se verificou rendimento associado à troca de bens ou serviços.

14 — Rendimento de transações sem contraprestação
14.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) A quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente:

- (i) Impostos, evidenciando separadamente as classes principais de impostos;
- e
- (ii) Transferências, evidenciando separadamente as classes principais de réditos de transferências.

Quadro 14 — Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos					
Derrama	2 868 204,13 €				
IMI	13 875 016,13 €				
IUC	2 726 157,49 €				
Impostos indiretos					
IMT	7 426 227,22 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	1 996 316,73 €		197,81 €	915,26 €	
Multas e outras penalidades	174 963,27 €				
Transferências sem condição	18 733 239,98 €				
Transferências com condição					
Subsídios sem condição	60 903,57 €				
Subsídios com condição	1 551 692,03 €	78 000,96 €			
Legados, ofertas e doações					
Outros	4 157 108,10 €				
Total	53 569 828,65	78 000,96 €	197,81 €	915,26 €	- €

Apenas aplicável às entidades Município de Viseu e SMAS Viseu;

(b) A quantia de contas a receber reconhecidas relacionadas com rendimentos sem contraprestação.

Conta 201	
Fundos comunitários	351.753,23 €
Serviços e Fundos Autónomos	15.460,24 €

(c) A quantia de passivos reconhecidos relacionados com ativos transferidos sujeitos a condições.

Conta 202	
Devedores por subsídios não reembolsáveis	14.712,69 €

(d) A quantia de passivos reconhecidos relativos a empréstimos bonificados que estão sujeitos às condições dos ativos transferidos;

Conta 204	
Credores por empréstimos bonificados	2.194.061,72 €

(e) A quantia de ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições e a natureza dessas restrições.

Conta 203	
Devedores por empréstimos bonificados	368.887,62 €

(f) A existência e quantia de quaisquer adiantamentos de recebimentos relativos a transações sem contraprestação.

Ver Quadro 14 acima

(g) A quantia de quaisquer passivos perdoados.

Não aplicável

14.2 — Uma entidade deve divulgar também:

(a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de rendimentos provenientes de transações sem contraprestação.

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Quando, em consequência de uma transação sem contraprestação, uma entidade reconhecer um ativo, também reconhece o rendimento equivalente à quantia do ativo, a



menos que seja também exigido reconhecer um passivo. Quando for exigido o reconhecimento de um passivo ele será mensurado de acordo com melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data de relato, e a quantia do aumento no ativo líquido, se existir, deve ser reconhecida como rendimento. Quando um passivo for subsequentemente reduzido, porque ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita uma condição, a quantia da redução do passivo será reconhecida como rendimento.

(b) Para as principais classes de réditos de transações sem contraprestação, as bases em que foi mensurado o justo valor dos recursos que fluíram para a entidade.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo ou encontra-se legalmente estabelecida e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. No quadro 14 acima encontram-se evidenciados os valores associados a réditos sem contraprestação.

(c) Para as principais classes de réditos de impostos que a entidade não tenha podido mensurar com fiabilidade durante o período em que o acontecimento tributável ocorra, informação acerca da natureza desses impostos; e

Não aplicável

(d) A natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos.

Não aplicável

14.3 — As entidades devem ainda divulgar a natureza e tipo das principais classes de serviços em espécie recebidos, incluindo os não reconhecidos.

Não aplicável

15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 — Para cada classe de provisões, a entidade deve divulgar:

(a) A quantia escriturada no início e no fim do período;

Ver quadro 15 abaixo

(b) Provisões adicionais feitas no decurso do período, incluindo aumentos às provisões existentes;

Ver quadro 15 abaixo

(c) Quantias utilizadas (isto é, suportadas e debitadas contra a provisão) durante o período;

Ver quadro 15 abaixo

(d) Quantias não utilizadas revertidas durante o período;

Ver quadro 15 abaixo

(e) O aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto.

Quadro 15 – Provisões

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reversões	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Impostos, contribuições e taxas					- €				- €	- €
Garantias a clientes					- €				- €	- €
Processos judiciais em curso	2 482 296,20 €	575 587,35 €			575 587,35 €			1 753 221,28 €	1 753 221,28 €	1 304 662,89 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					- €				- €	- €
Matérias ambientais					- €				- €	- €
Contratos onerosos					- €				- €	- €
Reestruturação e reorganização					- €				- €	- €
Outras provisões	3 864,49 €				- €				- €	3 864,49 €
Total	2 486 160,69 €	575 587,35 €	- €	- €	575 587,35 €	- €	- €	1 753 221,28 €	1 753 221,28 €	1 304 527,89 €

15.2 — A entidade deve divulgar adicionalmente o seguinte, para cada classe de provisões:

(a) Uma breve descrição da natureza da obrigação e o momento esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos esperados ou de potencial de serviço;

Do ponto de vista das contas consolidadas, foram constituídas provisões de processos judiciais no valor de 1.304.622,89 €.

(b) Uma indicação das incertezas acerca da quantia ou momento desses exfluxos. Quando for necessário prestar tal informação, a entidade deve divulgar os principais pressupostos assumidos respeitantes aos acontecimentos futuros;

Não é possível indicar o montante dos processos judiciais por não se obter data marcada para julgamento.

(c) A quantia de qualquer reembolso esperado, indicando a quantia de qualquer ativo que tenha sido reconhecido relativamente ao mesmo.

Não aplicável

15.3 — A menos que seja remota a possibilidade de qualquer exfluxo na liquidação, uma entidade deve divulgar para cada classe de passivos contingentes à data de relato, uma breve descrição da natureza dos mesmos e, quando praticável:

(a) Uma estimativa do seu efeito financeiro, mensurado de acordo com os requisitos da norma;

Não aplicável

(b) Uma indicação das incertezas relacionadas com a quantia ou o momento de qualquer exfluxo;

Não aplicável

(c) A possibilidade de qualquer reembolso.

Não aplicável.

15.4 Quando for provável um influxo de benefícios económicos ou de potencial de serviço, a entidade deve fazer uma breve descrição da natureza dos ativos contingentes à data do relato, e, quando praticável, divulgar uma estimativa do seu efeito financeiro, mensurado usando os princípios estabelecidos para a mensuração de provisões.

Não aplicável.

15.5 Quando qualquer da informação exigida duas notas anteriores não forem divulgadas porque não é praticável fazê-lo, esse facto deve ser divulgado.

Não aplicável.

15.6 Em casos extremamente raros, pode considerar-se que a divulgação de alguma ou de toda a informação exigida pode prejudicar seriamente a posição da entidade numa disputa com outras partes sobre o assunto da provisão, passivo contingente ou ativo contingente. Nestes casos, a entidade não necessita de divulgar a informação, mas deve divulgar a natureza geral da disputa, juntamente com o facto de que, e a razão por que, a informação não está divulgada.

Não aplicável

16 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

16.1 — Uma entidade deve divulgar:

(a) A quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados, exceto as que resultem de instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados de acordo com a NCP 18 — Instrumentos Financeiros;

Não aplicável.

E

(b) As diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do património líquido, e uma reconciliação da quantia de tais diferenças de câmbio entre o início e o fim do período.

Não aplicável.

16.2 Quando a moeda de apresentação for diferente da moeda funcional, esse facto deve ser indicado, juntamente com a divulgação da moeda funcional e as razões para usar uma moeda de apresentação diferente.

Não aplicável.

16.3 Quando houver uma alteração na moeda funcional, quer da entidade que relata, quer de uma unidade operacional no estrangeiro significativa, esse facto e as razões para a alteração na moeda funcional devem ser divulgados.

Não aplicável.

17 — Acontecimentos após a data de relato

17.1 Uma entidade deve divulgar a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e quem deu essa autorização. Se um outro órgão deliberativo tiver o poder de alterar as demonstrações financeiras após emissão, a entidade deve divulgar esse facto.

Aprovação e autorização para emissão pelo Exmo. Órgão Executivo em 17 de junho de 2021.

17.2 Se uma entidade receber informações após a data de relato, mas antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão, acerca de condições que existiam à data de relato, a entidade deve atualizar as divulgações que se relacionam com essas condições, à luz das novas informações.

Não aplicável

17.3 Se os acontecimentos após a data de relato, que não dão lugar a ajustamentos, forem materialmente relevantes a sua não divulgação pode influenciar as decisões



económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. Em conformidade, uma entidade deve divulgar para cada categoria material de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos, os seguintes aspetos:

- (a) A natureza do acontecimento; e

Não aplicável

- (b) Uma estimativa do seu efeito financeiro, ou uma declaração que essa estimativa não pode ser feita.

Não aplicável

18 — Instrumentos financeiros

Divulgações gerais

Uma entidade deve divulgar:

18.1 Em relação às políticas contabilísticas as bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Conforme parágrafo 10 da NCP 18, os ativos e passivos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. No reconhecimento subsequente, podem continuar ao justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados (caso dos ativos financeiros) ou ao custo amortizado (utilizando método do juro efetivo), para os passivos, conforme parágrafos 11 e 12 respetivamente.

18.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria:

- (a) Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;

Não aplicável

- (b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade;

Não aplicável

- (c) Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade mensurados ao custo menos imparidade;

Não aplicável



(d) Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade;

Não aplicável.

(e) Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados;

Não aplicável.

(f) Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Município não procedeu à valorização dos seus passivos financeiros pelo custo amortizado uma vez que os custos de transação, quando existam correspondem a valores sem qualquer expressão ou relevância material no cômputo dos passivos financeiros. Adicionalmente, no caso dos financiamentos obtidos, os custos de transação apresentam antiguidade, pelo que o efeito na transição para o novo normativo tem efeitos residuais. Acresce que, tal situação associada à adição de trabalho na apresentação de informação de acordo com o SNC-AP, não acrescenta ganhos de informação para o utilizador da informação financeira, razão pela qual se desprimou da utilização deste critério.

(g) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou custo amortizado e a imparidade acumulada.

As Imparidades para dívidas a receber somam 60.832,14 €

18.3 Bases de determinação do justo valor (e.g. cotação de mercado, quando ele existe, ou a técnica de avaliação) para todos os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor assentam no valor das transações ocorridas entre as partes, para efeitos de reconhecimento inicial. Na mensuração subsequente, para os ativos financeiros, verifica-se as eventuais alterações de justo valor com reflexo na Demonstração dos Resultados.

18.4 Situações em que a mensuração fiável do justo valor deixou de estar disponível para um instrumento de capital próprio mensurado ao justo valor através de resultados.

Não Aplicável.

18.5 Relativamente ao desreconhecimento de ativos financeiros transferidos para uma outra entidade em transações que não se qualificam para tal divulgar, para cada classe de tais ativos financeiros:

a) Natureza dos ativos;

Não Aplicável.

Natureza dos riscos e benefícios de detenção a que se continua exposto; –

Não Aplicável.

b) Quantias escrituradas dos ativos e de quaisquer passivos associados que se continuam a reconhecer.

Não Aplicável.

18.6 — Ativos dados em garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes:

(a) Quantia escriturada dos ativos financeiros dados, em penhor, promessa de penhor ou outra forma de garantia, como colateral; e

Houve garantia bancária a favor de terceiros no valor de 3.334.601,22 €.

(b) Termos e condições relativos ao penhor, ou promessa de penhor, ou outra forma de garantia.

Não aplicável.

18.7 — Situações de incumprimento para empréstimos obtidos reconhecidos à data do balanço:

(a) Detalhe do incumprimento no decurso do período relativo a amortização, juro, procura de fundos ou nos termos da conversão de tais empréstimos que permitam ao credor exigir o pagamento à data do balanço;

Não Aplicável.

(b) Quantia escriturada de empréstimos a pagar em incumprimento à data do balanço;

Não Aplicável.

(c) Em que medida o incumprimento foi sanável, ou os termos do pagamento foram renegociados, antes das demonstrações financeiras terem sido autorizadas para emissão.

Não Aplicável.

18.8 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os

incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço).

Não Aplicável.

18.9 Quantia das dívidas da entidade cuja duração residual seja superior a cinco anos, assim como a quantia de todas as dívidas da entidade cobertas por garantias reais prestadas, com indicação da natureza e da forma dessas garantias.

Não aplicável

18.10 — Relativamente aos rendimentos e gastos divulgar:

(a) Os ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de: ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados; passivos financeiros ao justo valor através de resultados; ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade; e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados: *Não aplicável*

Passivos financeiros ao justo valor através de resultado: *Não aplicável*

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: *Não aplicável*

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado: *Não aplicável*

(b) Total de rendimento de juros e total de gasto de juros (calculado utilizando o método da taxa de juro efetiva) para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de resultados.

Não Aplicável.

(c) Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros.

Imparidade para devedores no período de 60.832,14 e.

Contabilidade de cobertura

Não Aplicável.

Instrumentos de capital próprio

18.14 — Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O Património/capital consolidado do Município ascende a 124.163.274,22 € e encontra-se totalmente realizado.

18.15 — Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal por categoria, ou, na falta deste, o valor unitário, face ao capital subscrito, das ações ou quotas subscritas durante o período dentro dos limites do capital autorizado, bem como o seu número.

Não Aplicável.

18.16 — Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período. (Identificando separadamente cada tipo de alterações verificadas no período, incluindo novas emissões, exercício de opções, direitos e warrants, conversões de valores mobiliários convertíveis, transações com ações próprias, fusões ou cisões e emissões de bónus (aumentos de capital por incorporação de reservas) ou splits de ações).

Não Aplicável.

18.17 — Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Não Aplicável.

18.18 — Quantias e descrição de outros instrumentos de capital próprio emitidos e a respetiva quantia acumulada à data do balanço, com indicação do seu número e do âmbito dos direitos que conferem.

Não Aplicável.

Riscos relativos a instrumentos financeiros

18.19 — Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade: termos significativos e condições que afetam a quantia, o momento e segurança de fluxos de caixa futuros, incluindo risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio e risco de crédito.

Não aplicável.

Outras situações

Não aplicável.

19 — Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo incluem os salários, ordenado, eventuais retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de refeição, subsídio de férias, subsídio de natal, remunerações por doença, maternidade/paternidade, ajudas de custo e outros suplementos remuneratórios. Encontram-se ainda incluídas as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento.

Tendo por base a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os correspondentes gastos se encontram reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho estes são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

Divulgações de benefícios definidos

Não Aplicável.

Divulgações — Contribuição definida

Não Aplicável.

20 — Divulgações de partes relacionadas

Divulgação de controlo

20.1 — A fim de que um utilizador das demonstrações financeiras forme uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas numa entidade que relata, é apropriado divulgar os relacionamentos entre partes relacionadas quando existe controlo, independentemente de ter havido transações entre as partes relacionadas. Isto requer a divulgação dos nomes de quaisquer entidades controladas, o nome da entidade controladora imediata e o nome da entidade controladora final, se existir.

Nos termos do estabelecido na NCP 20, Partes relacionadas — as partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. As partes relacionadas incluem:

(a) Entidades que controlem ou sejam controladas diretamente, ou indiretamente através de um ou mais intermediários, pela entidade que relata;



- (b) Associadas (ver NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos);
- (c) Indivíduos que possuem, direta ou indiretamente, um interesse na entidade que relata, que lhes confere influência significativa sobre a mesma, e membros próximos da família de qualquer um destes indivíduos;
- (d) Pessoas chave da gestão, e membros próximos da família das mesmas; e
- (e) Entidades em que um interesse substancial é detido, direta ou indiretamente, por qualquer pessoa descrita nas alíneas (c) ou (d), ou na qual tal pessoa é capaz de exercer influência significativa.

Nos termos das definições apresentadas, conclui-se que o Município de Viseu dispõe de entidades relacionadas, nomeadamente as seguintes:

Quadro 20.1 — Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% de Controlo		Controlo Final (*)
		Direto	Indireto	
Habisolvis, E.M.	Rua João Mendes nº 51, R/C Esq. 3500-142 Viseu	100,00%		
WISEUNOVO - SRU - Soc.Reab.Urbana de Viseu S.A.	Casa do Miradouro - Largo António José Pereira 3500 080 Viseu	100,00%		
Viseu Marca - Associação de Cultura, Eventos e Promoção	Espaço Multi-usos Rua Padre Costa 3510-063 VISEU	48,00%		

Divulgação de transações entre partes relacionadas

20.2 — No que respeita a transações entre partes relacionadas, que não sejam transações que ocorreriam no âmbito de um relacionamento normal entre um fornecedor ou cliente, a entidade que relata deve divulgar:

- (a) A natureza do relacionamento entre partes relacionadas;
- (b) Os tipos de transações que ocorreram; e
- (c) Os elementos das transações necessários para clarificar o significado dessas transações para as suas operações, e suficientes para fazer com que as demonstrações financeiras proporcionem informação relevante e fiável para tomada de decisões e para responsabilização pela prestação de contas.

Quadro 20.2 — Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no final do período	Termos e condições
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Habisolvis, E.M.	Entidade controlada	Transferência corrente	33.825,00 €			
		Transferência de capital	78.000,97 €			
WISEUNOVO - SRU - Soc.Reab.Urbana de Viseu S.A.	Entidade controlada	Transferência corrente	186.389,38 €			
		Transferência de capital	1.232.892,91 €			
Viseu Marca - Associação de Cultura, Eventos e Promoção	Entidade controlada	Prestação de serviços	43.514,40 €			
Totais			1.574.622,66 €		- €	



As operações identificadas foram devidamente tidas em consideração na elaboração das restantes Demonstrações Financeiras e Orçamentais de modo a eliminar as transações Intra grupo.

20.3 — A informação acerca de transações entre partes relacionadas que deve ser divulgada para satisfazer os objetivos de relato financeiro de finalidade geral normalmente inclui:

(a) Uma descrição da natureza do relacionamento com as partes relacionadas envolvidas nestas transações, como, por exemplo, se o relacionamento foi o de uma entidade que controla, de uma entidade controlada, de uma entidade sob controlo comum ou de pessoas chave da gestão;

Ver quadro 20.2

(b) Uma descrição das transações entre partes relacionadas por grandes classes de transações e uma indicação do volume das classes, quer como uma quantia monetária específica, quer como uma proporção dessa classe de transações e ou saldos;

Não aplicável

(c) Um resumo dos termos e condições gerais das transações com partes relacionadas, incluindo divulgação de como estes termos e condições diferem dos normalmente associados a transações semelhantes com partes não relacionadas; e

Não aplicável

(d) Quantias ou proporções de itens em saldo.

Não aplicável

20.4 Itens de uma natureza semelhante podem ser divulgados de forma agregada, exceto quando seja necessária divulgação separada para proporcionar informação relevante e fiável para efeitos de tomada de decisões e responsabilização pela prestação de contas.

Não aplicável

Pessoas chave da gestão

20.6 — Uma entidade deve divulgar:

(a) A remuneração agregada de pessoas chave da gestão e o número de indivíduos, determinados numa base de equivalência a tempo inteiro, que recebam remuneração

dentro desta categoria, mostrando separadamente as classes principais das pessoas chave da gestão e incluindo uma descrição de cada classe;

As remunerações relativas aos Órgãos Autárquicos é de 323.738,56

Viseu Novo (incluindo encargos): 41.542,47 €

Habisolvis (incluindo encargos): 39.999,72 €;

Nas entidades "SMAS Viseu", "Viseu Marca" e "Viseupolis" não se afiguram remunerações do pessoal da gestão.

(b) A quantia total de todas as outras remunerações e compensações dadas a pessoas chave da gestão e membros próximos da sua família, pela entidade que relata durante o período de relato, mostrando separadamente as quantias agregadas relativas a:

- (i) Pessoas chave da gestão;
- (ii) Membros próximos da família das mesmas; e

Não aplicável

(c) Com respeito a empréstimos que não estejam disponíveis a pessoas que não sejam pessoas chave da gestão e empréstimos cuja disponibilidade não seja conhecida pelo público, e por cada uma das pessoas chave da gestão e cada membro próximo da sua família:

- (i) A quantia de empréstimos adiantados durante o período e respetivos termos e condições;
- (ii) A quantia de empréstimos reembolsados durante o período;
- (iii) A quantia dos saldos de fecho de todos os empréstimos e contas a receber; e
- (iv) Quando o indivíduo não for um dirigente ou membro do órgão de gestão ou grupo de gestores de topo, o relacionamento do indivíduo com esse órgão ou grupo.

Não aplicável

20.7 A remuneração de pessoas chave da gestão pode incluir uma variedade de benefícios diretos e indiretos. Quando o custo destes benefícios é determinável, esse custo será incluído na remuneração agregada divulgada. Quando o custo destes benefícios não é determinável, deve ser feita a melhor estimativa do custo para a entidade ou entidades que relatam e incluída na remuneração agregada divulgada.

Não aplicável.

20.8 Esta Norma exige a divulgação de alguma informação acerca dos termos e condições de empréstimos feitos a pessoas chave da gestão e a membros próximos da sua família, quando estes empréstimos:

- (a) Não estejam disponíveis a pessoas fora do grupo de pessoas chave de gestão; e
- (b) Possam estar disponíveis fora do grupo de pessoas chave da gestão, mas a sua disponibilidade não é amplamente conhecida do público.

Não aplicável

21 — Relato por segmentos

Nos termos do estipulado pela NCP 25, "um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos".

As entidades públicas controlam recursos públicos significativos e operam para proporcionar uma grande variedade de bens e serviços aos cidadãos em diferentes regiões geográficas e em regiões com características socioeconómicas diferentes. Exige-se a estas entidades que usem esses recursos de forma eficiente e eficaz para atingirem os objetivos.

Considerando o parágrafo 8 da NCP 25, "Uma entidade deve identificar os seus segmentos separados de acordo com os requisitos do parágrafo 6" da Norma e deve apresentar informação acerca desses segmentos conforme previsto nas divulgações através de notas explicativas.

O Município de Viseu e suas participações tem a sua área de atuação devidamente delimitada ao concelho de Viseu, pelo que não cumprindo na íntegra as disposições do parágrafo 6 da NCP 25, entende-se esta nota como não aplicável à realidade deste Município, antes aplicável a outras estruturas da Administração Pública que possuam, por exemplo, delegações regionais.

21.1 Uma entidade deve divulgar os rendimentos e os gastos para cada um dos segmentos. Os rendimentos do segmento relativos a cativações orçamentais ou alocações similares, os rendimentos do segmento de outras fontes externas e os rendimentos do segmento de transações com outros segmentos devem ser relatados separadamente.

Não aplicável.

21.2 Uma entidade deve divulgar a quantia escriturada total dos ativos e dos passivos do segmento para cada um dos segmentos.

Não aplicável.

21.3 Uma entidade deve divulgar o custo total suportado durante o período para adquirir ativos do segmento que se espera que sejam usados durante mais do que um período por cada um dos segmentos.

Não aplicável.

21.4 Uma entidade deve divulgar a natureza e quantia de quaisquer itens de rendimento e de gasto do segmento que sejam de tal dimensão, natureza, ou incidência que a sua divulgação é relevante para explicar o desempenho de cada segmento no período.

Não aplicável.

21.5 Uma entidade deve divulgar para cada segmento o agregado da quota-parte da entidade no lucro (prejuízo) líquido de associadas, empreendimentos conjuntos ou outros investimentos contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial se todas as suas operações estiverem substancialmente dentro desse único segmento.

Não aplicável.

21.6 Embora uma quantia única agregada seja divulgada no seguimento dos requisitos da nota anterior, cada associada, empreendimento conjunto ou outro investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial é individualmente avaliado para determinar se as suas operações estão todas substancialmente dentro de um segmento.

Não aplicável.

21.7 Se a participação agregada de uma entidade no lucro (prejuízo) líquido de associadas, empreendimentos conjuntos ou outros investimentos contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial for divulgada por segmentos, os investimentos agregados nessas associadas e empreendimentos conjuntos devem também ser divulgados por segmentos.

Não aplicável.

21.8 Uma entidade deve apresentar uma reconciliação entre a informação divulgada por segmentos e a informação agregada nas demonstrações financeiras separadas ou consolidadas. Ao apresentar esta reconciliação, os rendimentos do segmento devem ser reconciliados com os rendimentos da entidade derivados de fontes externas (incluindo a quantia dos rendimentos da entidade derivados de fontes externas não incluídos em qualquer segmento), os gastos do segmento devem ser reconciliados com uma mensuração comparável dos gastos da entidade, os ativos do segmento devem ser

reconciliados com os ativos da entidade e os passivos do segmento devem ser reconciliados com os passivos da entidade.

Não aplicável.

21.9 Ao mensurar e relatar rendimentos do segmento relativos a transações com outros segmentos, as transferências intersegmentos devem ser mensuradas na base em que ocorreram. A base de apuração de transferências intersegmentos e quaisquer alterações ao mesmo devem ser divulgadas.

Não aplicável.

21.10 Alterações em políticas contabilísticas adotadas no relato por segmentos que tenham um efeito material na informação de segmentos devem ser divulgadas, e a informação de segmentos de períodos anteriores apresentada para efeitos comparativos deve ser reexpressa a menos que seja impraticável fazê-lo. Tal divulgação deve incluir uma descrição da natureza da alteração, as razões da alteração, o facto de que a informação comparativa foi reexpressa ou que foi impraticável fazê-lo e o efeito financeiro da alteração se isso for razoavelmente determinável. Se uma entidade alterar a identificação dos seus segmentos e não reexpressar a informação dos segmentos de períodos anteriores na nova base porque foi impraticável fazê-lo, então para efeitos de comparação, deve relatar dados do segmento tanto na base antiga como na base nova de segmentação no ano em que altera a identificação dos seus segmentos.

Não aplicável.

21.11 Algumas alterações em políticas contabilísticas relacionam-se especificamente com o relato por segmentos. São exemplos, as alterações na identificação de segmentos e as alterações na base de alocação de rendimentos e gastos aos segmentos. Tais alterações podem ter um impacto significativo na informação relatada do segmento, mas não alterarão a informação financeira agregada relatada pela entidade. Para fazer com que os utilizadores compreendam as alterações e determinem tendências, a informação por segmentos de períodos anteriores incluída nas demonstrações financeiras para efeitos comparativos é reexpressa, se praticável, para refletir a nova política contabilística.

Não aplicável.

21.12 A nota 21.10 exige que, para efeitos de relato por segmentos, as transferências intersegmentos devem ser mensuradas na base que a entidade usou realmente para apurar essas transferências. Se uma entidade alterar o método que usa correntemente para apurar transferências intersegmentos, isso não é uma alteração de política

contabilística relativamente à qual os dados do segmento do período anterior devam ser reexpressos. Contudo, a nota 21.10 exige divulgação da alteração.

Não aplicável.

21.13 Se não for divulgado de outra forma nas demonstrações financeiras ou algum sítio do relatório anual, uma entidade deve indicar:

- (a) Os tipos de bens e serviços incluídos em cada segmento de serviço relatado;
- (b) A composição de cada segmento geográfico relatado; e
- (c) Se não for adotada uma segmentação por serviço ou geográfica, a natureza do segmento e as atividades englobadas pelo mesmo.

Não aplicável.

22 — Interesses em outras entidades

22.1 — Para cumprir o seu objetivo de relato transparente, uma entidade deve divulgar:

(a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se fizeram para determinar:

- (i) A natureza dos interesses ou acordos noutra entidade;
- (ii) O tipo de acordo conjunto no qual tem interesse; e
- (iii) Que satisfaz a definição de entidade investidora.

Não aplicável.

(b) Informação sobre os seus interesses em:

- (i) Entidades controladas;

Denominação	Percentagem de Capital Detido	Método de consolidação
Município de Viseu	Empresa Mãe	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu	100,00%	Simplex agregação
Habisolvis – Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, E.M.	100,00%	Integral
Viseu Novo - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.A.	100,00%	Integral
Viseu Marca – Associação de Cultura, Eventos e Promoção	48,00%	Integral
Viseupolis, Soc. Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, S.A.	40,00%	Integral
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	2,25%	Equivalência Patrimonial

(ii) Empreendimentos conjuntos e associadas;

Não aplicável;

(iii) Interesses de propriedade não quantificáveis; e

Não aplicável;

(iv) Interesses que controlam adquiridos com a intenção de vender.

Não aplicável;

Julgamentos e pressupostos significativos

22.2 — Uma entidade deve divulgar informação sobre os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou (e sobre as alterações a esses juízos e pressupostos) para determinar:

(a) Que exerce controlo sobre a outra entidade, isto é que a outra entidade é uma participada, como descrito na NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas;

Os controlos são exercidos via participação direto ou, no caso da Viseupolis, como o município será o beneficiário da partilha, o controlo ocorre por essa via.

(b) Que exerce o controlo conjunto sobre um acordo ou que tem uma influência significativa sobre outra entidade; e

Não aplicável.

(c) O tipo de acordo conjunto (isto é, operação conjunta ou empreendimento conjunto), quando o acordo estiver estruturado através de um veículo separado:

Não aplicável.

Guilherme Soares

22.3 — Para dar cumprimento à nota anterior, uma entidade deve divulgar, por exemplo, os fatores em que se baseou para determinar que:

(a) Controla uma entidade específica nos casos em que o interesse nessa outra entidade não está evidenciado pela detenção de instrumento de dívida e de capital próprio;

Situação da Viseupolis em que o controlo ocorre por via da partilha total do património da participada.

Guilherme Soares

(b) Não controla outra entidade ainda que detenha mais de metade dos direitos de voto nessa outra entidade;

(c) Controla outra entidade ainda que detenha menos de metade dos direitos de voto nessa outra entidade;

Não aplicável.

(d) É um agente ou um principal;

Não aplicável.

(e) Não tem influência significativa ainda que detenha 20 % ou mais dos direitos de voto noutra entidade;

Na entidade Município, a participação é significativamente baixa, a entidade não tem o poder de designar membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e nem participar ou influenciar as suas políticas de gestão.

(f) Tem influência significativa ainda que detenha menos de 20 % dos direitos de voto noutra entidade.

Não aplicável.

Qualificação como entidade de investimento

22.4 — Quando uma entidade que controla determina que é uma entidade de investimento de acordo com a NCP 23, deve divulgar informações sobre os julgamentos e pressupostos mais relevantes em que se baseou para determinar que é uma entidade de investimento.

Não aplicável.

22.5 — Quando uma entidade se tornar ou deixar de ser uma entidade de investimento, deve divulgar a alteração dessa situação e as razões para essa alteração. Além disso, uma entidade que se torne uma entidade de investimento deve divulgar o efeito dessa alteração de situação nas demonstrações financeiras para o período apresentado, incluindo:

- (a) O justo valor total, a partir da data da alteração de situação, das entidades controladas que deixam de ser consolidadas;

Não aplicável.

- (b) O ganho ou perda total, se existir; e

Não aplicável.

- (c) As rubricas da demonstração dos resultados nas quais esses ganhos ou perdas foram reconhecidos (se não forem apresentados separadamente).

Não aplicável.

Interesses em entidades controladas

22.6 — Uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas

- (a) Compreenderem:

- (i) A composição do grupo público; e

Não aplicável.

- (ii) O interesse que as entidades que não controlam detêm nas atividades e nos fluxos de caixa do grupo; e

Não aplicável.

- (b) Avaliarem:

- (i) A natureza e a extensão das restrições significativas à sua capacidade de aceder a ou de usar ativos e liquidar passivos do grupo público;

Não aplicável.

- (ii) As consequências das alterações nos seus interesses de propriedade numa entidade controlada que não resultam numa perda do controlo; e

Não aplicável.

(iii) As consequências da perda de controlo de uma entidade controlada durante o período de relato.

Não aplicável.

22.7 — Quando as demonstrações financeiras de uma entidade controlada são usadas para preparar demonstrações financeiras consolidadas correspondam a uma data ou a um período diferente do das demonstrações financeiras consolidadas, uma entidade deve divulgar:

(a) A data de fim do período de relato das demonstrações financeiras dessa entidade controlada; e

Não aplicável.

(b) A razão pela qual usa uma data ou período diferente.

Não aplicável.

Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

22.8 — Uma entidade deve divulgar, para cada uma das entidades controladas em que detenha interesses que não controlam significativos para a entidade que relata:

(a) O nome da entidade controlada;

Não aplicável.

(b) O domicílio e a forma legal da entidade controlada e o país em que opera;

Não aplicável.

(c) A proporção dos interesses de propriedade detidos por interesses que não controlam;

Não aplicável.

(d) A proporção dos direitos de voto detidos por interesses que não controlam, se diferente da proporção de interesses de propriedade detidos;

Não aplicável.

(e) Os resultados imputados aos interesses que não controlam, da entidade controlada durante o período de relato;

Não aplicável.

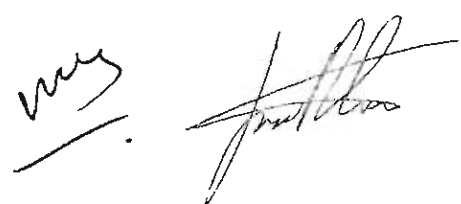
(f) Os interesses que não controlam acumulados da entidade controlada no final do período de relato;

Não aplicável.

Quinhentos e Setenta

(g) Um resumo da informação financeira sobre a entidade controlada.

Não aplicável.



Natureza e âmbito das restrições significativas

22.9 — Uma entidade deve divulgar:

(a) As restrições significativas em acordos vinculativos (por exemplo, restrições legais, contratuais ou regulamentares) à sua capacidade para aceder a (ou usar) ativos e liquidar passivos do grupo público, como por exemplo:

(i) Restrições à capacidade da entidade que controla ou das suas entidades controladas para transferirem dinheiro ou outros ativos de (ou para) outras entidades do mesmo grupo;

Não aplicável.

(ii) Garantias ou outros requisitos que possam restringir o pagamento de dividendos e outras distribuições de capital ou de empréstimos ou de adiantamentos a (ou por) outras entidades do mesmo grupo;

Não aplicável.

(b) A natureza e o âmbito em que os direitos de proteção dos interesses que não controlam podem restringir significativamente a capacidade da entidade para aceder a (ou usar) ativos e liquidar passivos do grupo público (como, por exemplo, quando uma entidade que controla liquidar passivos de uma entidade controlada antes de liquidar os seus próprios passivos ou quando é exigida a aprovação dos interesses que não controlam para aceder aos ativos ou para liquidar passivos de uma entidade controlada);

Não aplicável.

(c) As quantias escrituradas nas demonstrações financeiras consolidadas dos ativos e passivos abrangidos por essas restrições.

Não aplicável.

Consequências de alterações no interesse de propriedade de uma entidade que controla numa entidade controlada que não resultem numa perda de controlo

22.10 — Uma entidade deve apresentar um calendário que mostre os efeitos na participação atribuível aos proprietários da entidade que controla de quaisquer alterações do seu interesse de propriedade numa entidade controlada que não resultem numa perda de controlo.

Não aplicável.

Consequências da perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

22.11 — Uma entidade deve divulgar os ganhos ou perdas, caso existam, calculados em conformidade com o parágrafo 25 da NCP 22 e:

- (a) A parte desses ganhos ou perdas atribuível à mensuração de qualquer investimento retido na antiga entidade controlada pelo seu justo valor à data em que ocorreu a perda de controlo; e

Não aplicável.

- (b) A rubrica de ganhos ou perdas na qual os mesmos foram reconhecidos (se não forem apresentados separadamente).

Não aplicável.

Interesses em entidades controladas não consolidadas (entidades de investimento)

22.12 — Uma entidade de investimento que, de acordo com a NCP 23, seja obrigada a aplicar a exceção à consolidação e em vez de isso contabilizar o seu investimento numa entidade controlada pelo justo valor através dos resultados deve divulgar esse facto.

Não aplicável.

22.13 — Para cada entidade controlada não consolidada, uma entidade de investimento deve divulgar:

- (a) O nome da entidade controlada;

Não aplicável.

- (b) O domicílio e a forma jurídica da entidade controlada e o país em que opera; e

Não aplicável.

- (c) A proporção dos interesses de propriedade detidos pela entidade investimento e, se for diferente, a proporção dos direitos de voto detidos.

Não aplicável.

22.14 — Se uma entidade de investimento for a entidade que controla outra entidade de investimento deverá igualmente apresentar as divulgações previstas no parágrafo anterior relativamente aos investimentos controlados pela entidade de investimento sua entidade controlada. A divulgação pode ser apresentada pela inclusão, nas demonstrações financeiras da entidade que controla, das demonstrações financeiras da entidade controlada (ou entidade controladas) que contenham as informações acima.

Não aplicável.

22.15 — Uma entidade de investimento deve divulgar:

- (a) A natureza e a extensão de quaisquer acordos vinculativos significativas (por exemplo, resultantes de acordos de empréstimo, requisitos regulamentares ou acordos contratuais) sobre a capacidade de uma entidade controlada não consolidada para transferir fundos para a entidade de investimento sob a forma de dividendos ou distribuições similares em dinheiro ou de reembolsar empréstimos ou adiantamentos feitos à entidade controlada não consolidada pela entidade de investimento; e

Não aplicável.

- (b) Quaisquer compromissos ou intenções correntes para prestar apoio financeiro ou outro a uma entidade controlada não consolidada, incluindo os compromissos ou intenções de ajudar a entidade controlada na obtenção de apoio financeiro.

Não aplicável.

22.16 — Se, durante o período de relato, uma entidade de investimento ou qualquer das suas entidades controladas tiver, sem ter obrigação contratual de o fazer, prestado apoio financeiro ou outro a uma entidade controlada não consolidada (por exemplo, comprando ativos ou instrumentos financeiros emitidos pela entidade controlada ou ajudando a entidade controlada na obtenção de apoio financeiro), a entidade deverá divulgar:

- (a) O tipo e a quantia do apoio prestado a cada entidade controlada não consolidada;
e

Não aplicável.

(b) As razões para prestar esse apoio.

Não aplicável.

Interesses em acordos conjuntos e associadas

22.17 — Uma entidade deve divulgar informação que permita aos utentes das suas demonstrações financeiras avaliar:

(a) A natureza, extensão e efeitos financeiros dos seus interesses em acordos conjuntos e associadas, incluindo a natureza e os efeitos do seu relacionamento contratual com outros investidores com controlo conjunto ou com influência significativa sobre os acordos conjuntos e associadas; e

Não aplicável.

(b) A natureza e as alterações nos riscos associados a interesses em empreendimentos conjuntos e associadas.

Não aplicável.

Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

22.18 — Uma entidade deve divulgar:

(a) Para cada acordo conjunto e associada que seja material para a entidade que relata:

(i) O nome do acordo conjunto ou associada;

Não aplicável.

(ii) A natureza do relacionamento da entidade com o acordo conjunto ou associada (através, por exemplo, da descrição da natureza das atividades do acordo conjunto ou associada e uma indicação sobre se os mesmos são estratégicos para as atividades da entidade);

Não aplicável.

(iii) O domicílio e a forma jurídica do acordo conjunto ou associada e o país em que opera;

Não aplicável.

(iv) A proporção de interesses de propriedade ou a quota acionista detida pela entidade e, se diferente, a proporção de direitos de voto detidos (se aplicável);

Não aplicável.

(b) Para cada empreendimento conjunto e associada que seja material para a entidade que relata:

- (i) Se o investimento no empreendimento conjunto ou associada é mensurado utilizando o método da equivalência patrimonial ou pelo justo valor;**

Não aplicável.

- (ii) Se faz um resumo da informação financeira sobre o empreendimento conjunto ou associada;**

Não aplicável.

- (iii) Se o empreendimento conjunto ou associado for contabilizado através do método da equivalência patrimonial, o justo valor do seu investimento no empreendimento conjunto ou associada, caso exista uma cotação de mercado para o mesmo.**

Não aplicável.

(c) A informação financeira sobre os investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas que não sejam individualmente materiais:

- (i) Na forma agregada para todos os empreendimentos conjuntos individualmente imateriais;**

Não aplicável.

- (ii) Na forma agregada para todas as associadas individualmente imateriais.**

Não aplicável.

22.19 — Uma entidade deve também divulgar:

- (a) A natureza e a extensão de quaisquer restrições significativas (por exemplo resultantes de acordos de empréstimo, requisitos regulamentares ou disposições contratuais entre investidores com controlo conjunto ou influência significativa sobre um empreendimento conjunto ou uma associada) à capacidade dos empreendimentos conjuntos ou associadas para transferirem fundos para a entidade sob a forma de dividendos em dinheiro ou distribuições similares ou para reembolsarem empréstimos ou adiantamentos feitos pela entidade;**

Não aplicável.

(b) Quando as demonstrações financeiras de um empreendimento conjunto ou associada usadas para a aplicação do método da equivalência patrimonial correspondam a uma data ou a um período que seja diferente do da entidade:

- (i) A data de fim do período de relato das demonstrações financeiras desse empreendimento conjunto ou associada; e

Não aplicável.

- (ii) A razão pela qual usa uma data ou período diferente.

Não aplicável.

(c) A parte não reconhecida nas perdas de um empreendimento conjunto ou associada, tanto para o período de relato como cumulativa, se a entidade tiver deixado de reconhecer a sua parte nas perdas do empreendimento conjunto ou associada quando aplicou o método da equivalência patrimonial.

Não aplicável.

Riscos associados aos interesses de uma entidade em empreendimentos conjuntos e associadas

22.20 — Uma entidade deve divulgar:

- (a) Os compromissos que tenha relativamente aos seus empreendimentos conjuntos, em separado da quantia de outros compromissos.

Não aplicável.

(b) Em conformidade com a NCP 15 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a menos que a probabilidade de perdas seja remota, os passivos contingentes assumidos relativamente aos seus interesses em empreendimentos conjuntos ou associadas (incluindo a sua parte nos passivos contingentes assumidos em conjunto com outros investidores com controlo conjunto ou com influência significativa sobre os empreendimentos conjuntos ou associadas), em separado da quantia correspondente a outros passivos contingentes.

Não aplicável.

Interesses de propriedade não-quantificáveis

22.21 — Uma entidade deve divulgar informação financeira que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras compreenderem a natureza e a extensão de quaisquer interesses de propriedade não quantificáveis.

Não aplicável.

22.22 — Na medida em que esta informação não tenha sido já divulgada de acordo com outra Norma, uma entidade deve divulgar relativamente a cada interesse de propriedade não quantificável que seja material:

- (a) O nome da entidade na qual tem o interesse de propriedade; e**

Não aplicável.

- (b) A natureza dos seus interesses de propriedade na entidade.**

Não aplicável.

Interesses que controlam adquiridos com a intenção de venda

22.23 — Uma entidade que não seja uma entidade de investimento deve divulgar informação acerca dos seus interesses numa entidade controlada quando no momento em que o controle surge a entidade tinha a intenção de vender esse interesse e na data de relato tem uma intenção ativa de o vender.

Não aplicável.

22.24 — Uma entidade deve divulgar a seguinte informação com respeito a cada entidade controlada referida na nota anterior:

- (a) O nome da entidade controlada e descrição das suas atividades principais;**

Não aplicável.

- (b) A razão para a aquisição do interesse que controla e os fatores considerados na determinação de que o controlo existe;**

Não aplicável.

- (c) O impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da consolidação das entidades controladas, incluindo o efeito sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos e património líquido; e**

Não aplicável.